

Consolidação de Contas do Sector Empresarial do Estado

IGEPE - INSTITUTO DE GESTÃO DAS PARTICIPAÇÕES DO
ESTADO

Relatório de Consolidação do Sector Empresarial do Estado
para o exercício económico de 2023

<u>INDICE</u>	<u>PÁGINAS</u>
1. Introdução	7
2. Bases de preparação e políticas contabilísticas	7
3. Perímetro de consolidação	22
4. Activos tangíveis	25
5. Activos tangíveis de investimento	29
6. Goodwill	30
7. Activos intangíveis	30
8. Investimentos em associadas	31
9. Outros activos financeiros	33
10. Activos financeiros disponíveis para venda	35
11. Inventários	38
12. Clientes	39
13. Outros activos correntes	40
14. Caixa e bancos	40
15. Activos não correntes detidos para venda	41
16. Capital próprio	41
17. Provisões	42
18. Empréstimos obtidos	43
19. Outros passivos financeiros	45
20. Fornecedores	46
21. Imposto a pagar	46
22. Outras contas a pagar	47
23. Venda de bens e serviços	47
24. Investimentos realizados pela própria empresa	48
25. Custos com pessoal	49
26. Fornecimento e serviços de terceiros	49
27. Amortizações	50
28. Imparidade de investimentos financeiros	50
29. Outros rendimentos e ganhos operacionais	51
30. Outros gastos e perdas operacionais	51
31. Rendimentos e gastos financeiros	51
32. Imposto sobre o rendimento	52
33. Gestão de riscos, objectivos e políticas	53
34. Gestão de Capital	54
35. Eventos subsequentes	54

Instituto de Gestão de Participações do Estado
 Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2023
 (valores expressos em Meticais)

BALANÇO CONSOLIDADO

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

ACTIVOS	Notas	Período	
		31-12-2023	31-12-2022 Reexpresso
Activos não correntes			
Activos tangíveis			
Activos tangíveis de investimento	4	454 249 703 959	391 433 875 827
Goodwill	5	13 877 717 678	13 620 279 102
Activos intangíveis	6	190 379 189	73 808 085
Investimentos em associadas	7	204 651 945 553	220 747 032 462
Outros activos financeiros	8	34 042 818 304	28 934 062 701
Activos por impostos diferidos	9	5 923 263 095	1 860 430 826
Activos financeiros disponíveis para venda	32	3 567 672 904	2 864 984 671
	10	4 042 790 079	3 612 117 767
		720 546 290 761	663 146 591 442
Activos correntes			
Inventários			
Clientes	11	14 489 693 834	13 098 600 577
Outros activos correntes	12	24 673 134 005	27 731 557 764
Caixa e bancos	13	74 781 092 279	59 447 895 232
Activos não correntes detidos para venda	14	64 355 914 299	58 090 014 045
	15	817 356 466	267 111 300
Total dos activos		179 117 190 882	158 635 178 918
		899 663 481 643	821 781 770 360
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVOS			
Capital próprio			
Capital social			
Reservas legais	16	361 014 763	361 014 763
Reservas de reavaliação	16	8 362 167 254	23 842 128 195
Outras reservas	16	12 001 264 377	12 971 594 039
Resultados transitados	16	2 111 582 231	13 477 910 488
Outras componentes do capital próprio	16	144 618 425 484	108 560 312 020
Resultado líquido do período	16	98 162 464 706	95 553 557 258
		11 231 444 489	5 965 431 417
Total do capital próprio		276 848 363 304	260 731 948 179
Passivos não correntes		293 525 811 091	277 197 500 704
Provisões			
Empréstimos obtidos	17	28 662 413 103	25 633 917 031
Outros passivos financeiros	18	256 176 589 819	270 853 604 142
Passivos por impostos diferidos	19	83 851 112 091	72 531 251 139
	32	50 699 161 097	52 342 235 446
Passivos correntes		419 389 276 110	421 361 007 759
Provisões			
Fornecedores	17	1 653 749 233	2 658 442 394
Empréstimos obtidos	20	37 378 662 950	38 069 176 746
Outros passivos financeiros	18	13 874 384 713	16 735 166 020
Imposto a pagar	19	70 109 667 443	34 063 476 053
Outras contas a pagar	21	1 843 932 553	1 890 655 867
	22	61 887 997 551	29 806 344 818
Total dos passivos		186 748 394 442	123 223 261 898
Total do capital próprio e dos passivos		606 137 670 552	544 584 269 656
		899 663 481 643	821 781 770 360

Instituto de Gestão de Participações do Estado
 Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2023
 (valores expressos em Meticais)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

	Notas	Período	
		31-12-2023	31-12-2022 Reexpresso
Vendas de bens e serviços	23	180 161 389 394	157 402 650 911
Investimentos realizados pela própria empresa	24	23 249 000	22 397 000
Custo dos inventários vendidos ou consumidos	11	(67 798 764 079)	(65 212 105 360)
Custos com o pessoal	25	(31 596 808 754)	(29 741 284 162)
Fornecimentos e serviços de terceiros	26	(39 758 846 685)	(29 638 030 711)
Amortizações	4 e 7	(22 910 518 569)	(20 313 512 769)
Provisões	17	(2 420 282 685)	(2 582 864 462)
Ajustamentos de inventários	11	(21 125 334)	(151 369 154)
Imparidade de contas a receber	12	(928 250 301)	(2 883 600 340)
Imparidade de investimentos financeiros	8, 9 e 10	(5 717 876)	25 216 968
Imparidade dos activos tangíveis, tangíveis de investimento e intangíveis	4 e 7	105 728 818	75 677 637
Outros rendimentos e ganhos operacionais	29	12 299 935 197	10 045 128 591
Outros ganhos e perdas operacionais	30	(1 118 149 957)	(3 924 020 032)
		26 031 838 168	13 124 284 119
Rendimentos financeiros	31	15 719 593 780	15 923 204 730
Gastos financeiros	31	(18 395 154 448)	(14 796 707 348)
Ganhos/perdas imputados de associadas		4 634 652 072	3 681 508 138
Resultados antes de imposto		27 990 929 573	17 932 289 639
Imposto sobre o rendimento	32	(14 064 125 231)	(9 546 445 491)
Resultados do período das operações continuadas		13 926 804 341	8 385 844 148
Resultado líquido das operações descontinuadas		-	-
Resultados líquidos do período		13 926 804 341	8 385 844 148
Resultados líquidos do período atribuídos a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		11 231 444 489	5 965 431 417
Interesses minoritários		2 695 359 853	2 420 412 731

Instituto de Gestão de Participações do Estado
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2023
(valores expressos em Meticals)

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Natureza dos movimentos	Capital próprio atribuível aos detentores do capital da casa mãe							Total	Interesses minoritários	Total do capital próprio
	Capital social	Reservas legais	Reservas de reavaliação	Outras reservas	Resultados transitados	Outras componentes do capital próprio	Resultado líquido do período			
Saldo inicial em 1 de Janeiro de 2023	361 014 763	23 842 128 195	12 971 594 039	13 477 910 488	108 560 312 020	95 553 557 258	5 965 431 417	260 731 948 179	16 465 552 524	277 197 500 704
Movimentos em reservas:										
Aplicação dos resultados	-	302 626 945	-	-	6 426 997 482	-	(5 965 431 417)	764 193 009	8 182 794	772 375 803
Excedente de revalorização	-	-	(328 570 973)	-	40 648 174	(29 394 400)	-	(317 317 199)	(13 474 360)	(330 791 560)
Realização do excedente de revalorização	-	(130 552 385)	(569 264 171)	-	769 371 546	-	-	69 554 990	17 388 747	86 943 737
Variações no justo valor	-	-	-	-	-	80 658 940	-	80 658 940	8 926 458	89 585 398
Método de equivalência patrimonial	-	-	-	89 233 305	-	-	-	89 233 305	-	89 233 305
Outros movimentos	-	(15 652 035 500)	(72 494 517)	(11 455 561 562)	29 825 771 262	2 557 642 909	-	5 203 322 591	11 589 102	5 214 911 693
Resultado líquido do período	-	-	-	-	(1 004 674 999)	-	11 231 444 489	11 231 444 489	179 282 520	11 410 727 009
Operações com detentores de capital:										
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final em 31 de Dezembro de 2023	361 014 763	8 362 167 254	12 001 264 377	2 111 582 231	144 618 425 484	98 162 464 707	11 231 444 489	276 848 363 304	16 677 447 787	293 525 811 091

Natureza dos movimentos	Capital próprio atribuível aos detentores do capital da casa mãe							Total	Interesses minoritários	Total do capital próprio
	Capital social	Reservas legais	Reservas de reavaliação	Outras reservas	Resultados transitados	Outras componentes do capital próprio	Resultado líquido do período			
Saldo inicial em 1 de Janeiro de 2022	361 014 763	20 583 186 577	14 251 760 104	2 496 361 520	113 919 960 127	96 865 545 742	7 903 244 005	256 996 560 064	14 676 580 879	271 542 966 329
Movimentos em reservas:										
Aplicação dos resultados	-	176 798 770	-	(53 510 698)	7 785 568 276	-	(7 903 244 005)	5 612 344	-	5 612 344
Excedente de revalorização	-	-	1 551 479 639	-	-	-	-	1 551 479 639	2 641 374	1 554 121 013
Realização do excedente de revalorização	-	-	(1 270 726 371)	-	1 226 267 145	(843 772 178)	-	(44 459 226)	-	(44 459 226)
Variações no justo valor	-	-	-	-	-	-	-	(843 772 178)	(32 386 098)	(876 158 276)
Reexpressão de saldos de 2022	-	3 082 142 848	(1 722 410 802)	-	(2 085 212 787)	(440 111)	-	(3 808 063 701)	-	(3 808 063 701)
Outros movimentos	-	-	161 491 469	11 035 059 666	(12 093 359 735)	(467 776 195)	-	1 717 558 053	(153 824 324)	1 563 733 729
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	5 965 431 417	5 965 431 417	2 420 412 731	8 385 844 148
Operações com detentores de capital:										
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final em 31 de Dezembro de 2022 reexpresso	361 014 763	23 842 128 195	12 971 594 039	13 477 910 488	108 560 312 020	95 553 557 258	5 965 431 417	260 731 948 179	16 465 552 524	277 197 500 704

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

	Notas	Período	
		31-12-2023	31/12/2022 Reexpresso
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Resultado líquido do período		13 926 804 341	11 898 424 464
<u>Ajustamentos ao resultado relativos a:</u>			
Amortizações			
Imparidades		22 588 136 521	20 305 041 853
Justo valor		(676 823 180)	1 864 870 969
Provisões		(183 467 184)	917 074 275
Ajustamentos		1 673 145 376	3 688 854 935
Impostos		541 630 047	(3 264 461 332)
Juros e similares (líquido)		3 535 756 069	2 146 030 494
Mais ou menos valias na venda de activos tangíveis e intangíveis		4 077 456 309	(1 217 732 238)
		881 257 308	(1 290 514 499)
Aumento/redução de activos biológicos		-	1 498 811
Aumento/redução de inventários		(1 397 763 055)	(2 951 739 708)
Aumento/redução de clientes e outras contas a receber		(208 053 375)	(10 400 207 210)
Aumento/redução de outros activos correntes		(10 867 150 239)	(9 152 578 427)
Aumento/redução de fornecedores		(6 174 463 729)	3 458 997 100
Aumento/redução de outros credores e contas a pagar		6 227 361 959	527 993 352
Aumento/redução de outros passivos correntes		18 563 957 483	14 161 819 568
Caixa líquida gerada pelas actividades operacionais		52 507 784 650	30 540 115 578
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>			
Aquisição de activos tangíveis		(36 392 008 780)	(32 163 598 928)
Aquisição de activos intangíveis		(82 597 061)	(2 421 968)
Aquisição de outros investimentos		(2 600 612 751)	(1 218 029 930)
<u>Recebimentos respeitantes a:</u>			
Venda de activos tangíveis		951 063 038	743 879 750
Venda de outros investimentos		(531 442 822)	43 595 587
Juros e rendimentos similares		1 827 043 681	2 914 030 561
Dividendos		2 040 728 599	44 760 697
Outros recebimentos		(252 876 147)	(7 890 048 643)
Caixa líquida usada nas actividades de investimento		(35 040 702 243)	(37 527 832 874)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
<u>Recebimentos respeitantes a:</u>			
Empréstimos e outros financiamentos obtidos		1 364 386 892	16 101 938 869
Realização de aumentos de capital social e de outras contribuições dos sócios		(91 018 473)	-
Cobertura de prejuízos pelos detentores de capital		57 026	2 845 430 101
Outras operações de financiamento		883 120 193	1 654 227 835
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>			
Reembolso de empréstimos e outros financiamentos obtidos		(4 601 090 047)	(4 323 318 482)
Juros e gastos similares		(6 073 719 162)	(1 806 042 151)
Dividendos		(3 805 148 672)	(1 112 098 548)
Outras operações de financiamento		-	(846 492 000)
Caixa líquida usada nas actividades de financiamento		(12 323 412 244)	12 513 645 624
Variação de caixa e equivalentes de caixa	14	5 143 670 163	5 525 928 328
Variações cambiais pela transposição das demonstrações financeiras		(248 202 142)	356 501 798
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		58 090 014 045	52 221 110 453
Saídas do perímetro		1 372 432 746	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		(2 000 514)	(13 526 534)
		64 355 914 299	58 090 014 045

1. Introdução

O Instituto de Gestão de Participações do Estado (de agora em diante "IGEPE" ou "Grupo IGEPE") é uma Instituição que tem como a actividade a gestão das participações do Estado. O IGEPE foi criado através do Decreto nº46/2001, de 21 de Dezembro, e tem a sua sede localizada na Rua Mukumbura, nº 363, Maputo. O IGEPE exerce a sua actividade sob a tutela do Ministério da Economia e Finanças em cumprimento da Lei 3/2018, de 19 de Junho, Lei que estabelece os princípios e regras aplicáveis ao sector empresarial do Estado, juntamente com o seu regulamento Nº10/2019, de 26 de Fevereiro.

O IGEPE ficou igualmente mandatado como a entidade responsável pela gestão e coordenação do Sector Empresarial do Estado ("SEE") que surge na sequência de um pacote legislativo que cobre componentes sequenciais e interligadas, nomeadamente:

- Lei Nº 3/2018, de 19 de Junho, que estabelece os princípios e regras aplicáveis ao SEE e indica que é composto pelo conjunto de unidades produtivas e comerciais do Estado, organizadas e geridas de forma empresarial integrando as empresas publicas e todas as empresas exclusiva ou maioritariamente participadas pelo Estado;
- Decreto Nº10/2019, de 26 de Fevereiro, que aprova o Regulamento de Lei Nº3/2018 que estabelece os princípios e regras aplicáveis ao SEE e indica o IGEPE como entidade responsável pela gestão e coordenação do SEE (artigo 63).

O SEE é composto por várias entidades que são consideradas como investimentos estratégicos para o Estado, sendo que as suas actividades são desenvolvidas nos seguintes sectores: Comunicação e Média, Energia, Financeiro, Imobiliário, Infraestruturas, Oil & Gas, Saúde, Seguros, Serviços, Tecnologia, Telecomunicações, Transporte e Logística.

2. Bases de preparação e políticas contabilísticas

2.3. Bases de preparação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o PGC-NIRF e, como tal, foram preparadas tendo por base o custo histórico, excepto para as situações especificamente identificadas abaixo nas políticas contabilísticas, que decorrem da aplicação das Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF). As demonstrações financeiras foram igualmente preparadas com base nos princípios do acréscimo e da continuidade.

Não ocorreram derrogações das normas excepto quanto ao seguinte. As demonstrações financeiras consolidadas do IGEPE têm por objectivo apresentar a posição consolidada do SEE. Assim, estão incluídas no perímetro de consolidação não só as entidades detidas directa ou indirectamente pelo IGEPE, mas também as entidades detidas directamente pelo Estado Moçambicano. Assim, foi derogada a NCRF 20 – Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, para que fosse aplicada a IPSAS 35 – Demonstrações financeiras consolidadas.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, o Conselho de Administração formalizou julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e a mensuração dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As questões que envolvem julgamentos, estimativas ou pressupostos mais significativos, estão apresentadas na Nota 2.2.20.

Estas demonstrações financeiras estão preparadas em Meticais, arredondados ao Metical mais próximo.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente para os dois períodos apresentados.

2.2. Principais políticas contabilísticas

2.2.1. Consolidação

Para efeitos destas demonstrações financeiras consolidadas, as entidades controladas são as entidades detidas integralmente ou maioritariamente pelo Estado, quer de forma directa (é o Estado que participa directamente no capital dessas entidades), quer de forma indirecta (é o IGEPE que detém a participação no capital dessas entidades). De uma forma agregada, serão de agora em diante referidas como as "entidades controladas pelo Estado".

As entidades controladas pelo Estado são todas as entidades relativamente às quais o Estado está exposto ou tem direito a benefícios variáveis. Adicionalmente, o Estado tem a capacidade de afectar a natureza ou o montante desses benefícios, através do seu poder sobre essas entidades.

As entidades controladas pelo Estado são integradas no perímetro de consolidação a partir da data em que o controlo é obtido, e são excluídas do perímetro de consolidação a partir da data em que o controlo cessa.

Na preparação deste consolidado certas entidades foram excluídas do perímetro de consolidação apesar de as mesmas serem controladas pelo Estado. O detalhe e os motivos desta exclusão estão divulgados na Nota 3 – Perímetro de Consolidação.

As políticas contabilísticas das entidades consolidadas devem ser consistentes com as políticas definidas pelo IGEPE. Neste sentido, as demonstrações financeiras de cada participada foram ajustadas, para efeitos de preparação das demonstrações financeiras consolidadas, para harmonização dos princípios contabilísticos.

Existem algumas excepções a esta harmonização de princípios contabilísticos, nomeadamente no critério de mensuração dos activos tangíveis e dos investimentos financeiros em associadas. O detalhe e os motivos destas excepções estão divulgados, respectivamente, nas notas 2.2.4 e 2.2.5.

As demonstrações financeiras do IGEPE e das entidades controladas pelo Estado (adiante designadas como Grupo IGEPE) são agregadas linha a linha, sendo agregados os itens idênticos de activos, passivos, capital próprio, rendimentos, gastos e fluxos de caixa da entidade.

A quantia escriturada dos investimentos financeiros em cada uma das entidades controladas pelo Estado é eliminada e:

- No caso das participações detidas directamente pelo IGEPE, esta eliminação é compensada com a eliminação da proporção do capital próprio em cada uma dessas participadas;
- No caso das participações detidas directamente pelo Estado, esta eliminação é compensada com o reconhecimento de uma reserva de consolidação no capital próprio (incluída na rubrica "Outras componentes do capital próprio").

É reconhecida a proporção dos interesses minoritários nos activos líquidos das participadas. Estes interesses minoritários são apresentados separadamente dos interesses detidos pelo Estado, sendo também reconhecida a proporção dos interesses minoritários nos resultados líquidos das entidades.

Os saldos intragrupo, as transacções intragrupo e os ganhos e perdas não realizados em transacções intragrupo (isto é, as transacções entre o IGEPE e as entidades controladas pelo Estado, ou entre elas), são eliminados na íntegra na consolidação:

- Os rendimentos ou gastos resultantes de transacções intragrupo que estão reconhecidos em activos, nomeadamente em inventários ou activos tangíveis são eliminados na totalidade;
- As perdas intragrupo que indiquem uma perda por imparidade são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.2.2. Activos e passivos (correntes e não correntes)

O IGEPE apresenta os activos e passivos no seu balanço como correntes ou não correntes. Um activo é classificado como corrente quando:

- Se espera que seja realizado ou vendido ou consumido num ciclo operacional normal;
- É detido para negociação;
- Se espera que seja realizado nos doze meses após a data de reporte; ou
- Seja caixa ou equivalente de caixa a não ser que existam restrições quanto à sua troca ou sejam usados para liquidar uma responsabilidade pelo menos até doze meses após a data de reporte.

Todos os outros activos são classificados como não correntes.

Um passivo é classificado como corrente quando:

- Se espera que seja liquidado num ciclo operacional normal;
- É detido para negociação;
- Se espera que seja liquidado nos doze meses após a data de reporte; ou

- Não existe um direito incondicional de diferir a sua liquidação para após doze meses da data de reporte.

Todos os outros passivos são classificados como não correntes.

Relativamente aos activos, o reconhecimento no balanço acontece quando é provável que seus benefícios económicos futuros sejam gerados a favor da entidade e o seu custo ou valor possa ser mensurado de forma fiável.

No que diz respeito ao passivo, o registo no balanço patrimonial ocorre quando existe uma obrigação presente ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável um dispêndio de recursos económicos para liquidá-lo.

2.2.3. Transacções em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Meticais, que é a moeda funcional e de apresentação utilizada pelo Grupo IGEPE nas suas operações e demonstrações financeiras consolidadas.

As diferenças de câmbio originadas nas transacções realizadas em outra moeda que não o Metical, e que têm por base as diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças ou dos pagamentos (diferenças cambiais realizadas) ou entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes à data do balanço (diferenças de câmbio não realizadas), são registadas na demonstração dos resultados do período nas rubricas de "Rendimentos financeiros" e de "Gastos financeiros", conforme apropriado.

As principais transacções realizadas em moeda estrangeira foram realizadas em dólares americanos (USD), em rand sul africanos (ZAR) e em euros (EUR). As taxas de câmbio médias usadas foram as seguintes:

Moeda	31/dez/23		31/dez/22	
	Venda	Compra	Venda	Compra
USD	63,27	64,53	63,24	64,5
ZAR	3,41	3,48	3,73	3,81
EUR	70,32	71,72	65,58	66,89

2.2.4. Investimentos financeiros em associadas

Os investimentos em associadas, onde o Estado tem influência significativa, estão mensurados pelo método da equivalência patrimonial. Assim, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a quota-parte do Estado no total dos ganhos e perdas reconhecidos desde a data em que adquiriu a influência significativa e até à data em que esta efectivamente termina.

Contudo, para certas entidades não obtivemos informação financeira fiável pelo que nestes casos se optou por manter as participações ao custo de aquisição, líquido de perdas por imparidade, quando aplicável.

Presume-se que se detém influência significativa quando o Estado detém directa ou indirectamente entre 20% e 50% dos direitos de voto.

Os impactos da adopção do método da equivalência patrimonial são reconhecidos na demonstração dos resultados do período na rubrica de "Ganhos/perdas imputados de associadas".

2.2.5. Activos tangíveis

Os activos tangíveis são mensurados inicialmente pelo seu custo de aquisição, incluindo despesas imputáveis à aquisição de bens, e subsequentemente são mensurados, com excepção do mencionado no parágrafo seguinte, ao valor de custo líquido de amortizações e de eventuais perdas por imparidades acumuladas.

Para certos activos, como sejam os edifícios, as aeronaves, entre outros, o Grupo IGEPE optou por utilizar o método da revalorização, sendo que apenas oito das participadas incluídas no perímetro de consolidação reportaram os seus activos tangíveis revalorizados. As restantes permanecem ao custo. Pela magnitude dos impactos que decorrem da aplicação deste método, e em benefício de se obter uma imagem mais verdadeira e apropriada, o IGEPE optou por manter os activos revalorizados das empresas que assim os apresentam nas suas demonstrações financeiras.

Quando a quantia registada de um activo é aumentada ou diminuída em resultado de uma revalorização, o aumento ou a diminuição é reconhecido no capital próprio na rubrica "Reservas de reavaliação". Excepção para os casos em que o aumento reverta um decréscimo de revalorização do mesmo activo anteriormente reconhecido nos resultados, caso em que o mesmo é reconhecido nos resultados do período. O decréscimo na reserva de revalorização ocorre até ao limite do saldo dessa reserva para esse activo. Quando o excedente de revalorização se extingue, qualquer redução é reconhecida nos resultados.

Os activos tangíveis em curso representam imobilizado ainda em fase de construção ou de desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição. Os activos tangíveis em curso começam a ser amortizados quando a sua construção está concluída e os mesmos estão disponíveis para o uso pretendido pelo Grupo IGEPE. Nas situações em que o pagamento for diferido para além das condições normais de crédito, a diferença entre o equivalente ao preço a dinheiro e o pagamento total é reconhecida como juro durante o período de crédito a não ser que esse juro seja reconhecido na quantia escriturada do item de acordo com o tratamento alternativo permitido na NCRF 27 - Custo de Empréstimos Obtidos.

Os gastos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do activo ou reconhecidos como um activo autónomo, conforme adequado, apenas no caso de probabilidade dos benefícios económicos futuros associados ao activo reverterem a favor do Grupo IGEPE e o custo do activo puder ser avaliado de forma fiável.

Um bem é desreconhecido quando é alienado ou quando não se esperam mais benefícios económicos futuros decorrentes do seu uso ou alienação. Qualquer diferença entre o valor da venda (se algum) e o valor contabilístico do bem na data do seu reconhecimento é reconhecida na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos operacionais", caso a diferença seja positiva (mais-valia), e "Outros gastos e perdas operacionais", caso a diferença seja negativa (menos-valia).

Os activos tangíveis são amortizados de uma forma sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o bem esteja disponível para uso. A vida útil dos activos foi estimada como segue:

Item	Anos
Construções	5 a 80
Equipamento básico	3 a 50
Mobiliário e equipamento administrativo social	4 a 12
Equipamento de transporte	4 a 8
Taras e vasilhame	3 a 14
Ferramentas e utensílios	2 a 10
Activos de exploração e avaliação de recursos minerais	30
Outros activos tangíveis	2 a 25

O Grupo IGEPE apresenta nas suas demonstrações financeiras consolidadas, activos tangíveis afectos a actividades distintas, conforme mencionado na Nota 1 deste anexo. Por esta razão, existe uma grande amplitude de vidas úteis dentro de cada categoria de activos. Dadas as circunstâncias, o Grupo IGEPE considera que não faz sentido a harmonização das vidas úteis dentro da mesma classe de activos.

A Nota 4 discrimina os activos fixos do Grupo IGEPE por tipo de actividade desenvolvida.

É analisada regularmente a adequação das vidas úteis estimadas dos bens. Quando ocorre uma alteração na vida útil estimada de um bem a mesma é ajustada e os impactos dessa alteração são reconhecidos no exercício e em exercícios futuros, de acordo com o tratamento contabilístico previsto no normativo contabilístico para reconhecer uma alteração de uma estimativa contabilística.

Por outro lado, sempre que são identificadas evidências de que um activo possa estar em imparidade, o Grupo IGEPE determina o valor recuperável, o qual é determinado como sendo o mais alto entre o preço de venda líquido do bem e seu valor de uso. Para este efeito, são estimados os fluxos de caixa que se esperam obter do bem através do seu uso continuado e da sua alienação no final da vida útil estimada. Sempre que o valor líquido contabilístico do bem excede o valor recuperável, é reconhecida uma imparidade na demonstração dos resultados na rubrica "Imparidade dos activos tangíveis, tangíveis de investimento e intangíveis".

2.2.6. Activos tangíveis de investimento

Um activo é classificado como activo tangível de investimento, quando é detido como objectivo de obter rendimento através de rendas para valorização de capital e não para o uso na produção ou fornecimentos de bens ou serviços.

Estes activos são inicialmente mensurados ao custo de aquisição e subsequentemente mensurados líquidos de amortizações e de eventuais perdas por imparidade.

A classificação de um activo como activo tangível de investimento é revista numa base anual e caso tenha ocorrido uma alteração no uso do bem, o mesmo é reclassificado para activo tangível ou inventários, conforme apropriado.

Os activos tangíveis de investimento são amortizados de uma forma sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o bem esteja disponível para uso. A vida útil dos activos foi estimada como segue:

Item	Anos
Construções	10 a 50

2.2.7. Locações

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é efectuada em função da substância e não da forma legal do respectivo contracto, atendendo à determinação de qual a entidade que retém substancialmente os riscos e vantagens inerentes à propriedade do bem locado.

As locações são classificadas como locações financeiras se os termos da locação transferirem substancialmente os riscos e vantagens da propriedade para o locatário. Todas as outras são classificadas como operacionais.

Quando estamos na presença de uma locação financeira, o activo objecto do contracto é reconhecido como activo tangível e a correspondente responsabilidade é registada no passivo. Subsequentemente este activo é tratado conforme definido acima no ponto 2.2.5.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas são reconhecidas como um gasto do exercício de forma linear durante o período do contracto de locação, na rubrica de "Fornecimentos e serviços de terceiros" da demonstração dos resultados.

2.2.8. Custos de empréstimos obtidos

Os custos de empréstimos obtidos que são directamente atribuídos à construção ou produção de um activo elegível, são acrescidos ao custo de aquisição do activo quando é provável que resultem em benefícios económicos futuros para o Grupo IGEPE e quando o seu custo pode ser mensurado com fiabilidade.

A capitalização destes custos cessa quando o activo está disponível para ser usado conforme pretendido.

Os encargos financeiros que não cumprem o critério de capitalização são reconhecidos como custo financeiro à medida que são incorridos.

2.2.9. Activos intangíveis

Os activos intangíveis são reconhecidos apenas quando é capaz de ser separado ou dividido da entidade e quando vendido, resulta de direitos contratuais ou de outros direitos legais, ou de direitos e obrigações, e outros.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os activos de exploração e avaliação de recursos minerais são considerados activos intangíveis, porque representam um direito de participação em lucros futuros provenientes da venda de recursos. Os activos de exploração e avaliação de recursos são considerados activos em curso até que gerem benefícios económicos.

Com excepção dos activos de exploração e avaliação dos recursos minerais, que são considerados activos em curso até que gerem benefícios económicos futuros, a amortização dos activos intangíveis é calculada através do método das quotas constantes, a partir da data em que se encontram disponíveis para serem utilizados, e as suas taxas de amortização variam conforme a expectativa de uso do mesmo. A vida útil estimada destes activos é a seguinte:

Item	Anos
Despesas de desenvolvimento	3 a 4
Propriedade industrial e outros direitos	3 a 4
Software	2 a 8

2.2.10. Imparidade de activos não financeiros

A cada data de relato, o Grupo IGEPE analisa o valor escriturado dos seus activos tangíveis e intangíveis para determinar se existe qualquer evento ou alteração nas circunstâncias que possa indicar que estes sofreram uma perda por imparidade.

Quando existem indícios de imparidade, é estimada a quantia recuperável do activo. Caso esta seja inferior ao valor escriturado, o activo encontra-se em imparidade e é reduzido para a sua quantia recuperável.

Os activos intangíveis com vida útil indeterminada são avaliados quanto a imparidade numa base anual ou sempre que existem indícios de que possam estar em imparidade.

As perdas por imparidade, quando ocorrem, são reconhecidas na rubrica "Imparidade dos activos tangíveis, tangíveis de investimento e intangíveis" da demonstração dos resultados.

Uma perda por imparidade anteriormente reconhecida pode ser revertida quando ocorre uma alteração nos pressupostos usados para determinar o valor recuperável do respectivo activo desde a última perda por imparidade reconhecida. No entanto esta reversão não pode resultar num aumento do valor que esse mesmo activo teria caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida.

2.2.11. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos na posição financeira quando o Grupo IGEPE se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Estes instrumentos compreendem os investimentos em capitais próprios (já referidos em notas anteriores), clientes e outros devedores, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e fornecedores e outros credores.

Com excepção dos activos financeiros mantidos para negociação e as variações do justo valor dos activos e passivos detidos para negociação, os rendimentos e gastos de juros para todos os instrumentos financeiros são reconhecidos na demonstração dos resultados do período, nas rubricas de "Rendimentos financeiros" ou "Gastos financeiros", utilizando o método da taxa de juros efectiva (sempre que o efeito temporal do dinheiro seja significativo).

2.2.11.1. Activos financeiros

A mensuração inicial dos activos financeiros é o justo valor acrescido, nos casos de activos financeiros que não sejam mensurados pelo justo valor por via dos resultados, dos custos de transacção que sejam directamente atribuíveis à aquisição ou emissão do activo financeiro.

Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou opções são apresentados no capital próprio como dedução ao montante emitido.

As categorias de activos financeiros e a sua mensuração subsequente são as seguintes:

a) Activos financeiros ao justo valor através de resultados

A categoria de activos financeiros ao justo valor através dos resultados inclui os activos financeiros detidos para negociação que são adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo assim como os outros activos financeiros registados ao justo valor por via dos resultados.

A 31 de Dezembro de 2023 e 2022, o Grupo IGEPE não tem activos classificados nessa categoria.

b) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados detidos com a intenção de manter por tempo indeterminado ou designados para venda no momento do seu reconhecimento inicial.

Nesta rubrica estão registados os investimentos detidos para venda apresentados no balanço consolidado na rubrica de "Activos financeiros disponíveis para venda".

Estes activos são inicialmente reconhecidos ao custo de aquisição. Subsequentemente são mensurados ao justo valor com as variações de justo valor a serem reconhecidos capital próprio na rubrica "Outras componentes do capital próprio".

Quando o justo valor não pode ser determinado com fiabilidade, estes activos permanecem mensurados ao custo de aquisição, líquido de eventuais perdas por imparidade.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada no capital próprio, que correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzida de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados do período.

c) Activos financeiros detidos até à maturidade

Consideram-se activos detidos até à maturidade a categoria de activos financeiros não derivados com pagamentos fixos e determináveis e maturidades fixadas que o Grupo IGEPE tem intenção de deter até à maturidade.

Estes activos são inicialmente reconhecidos ao custo de aquisição. Subsequentemente são mensurados ao custo, líquido de eventuais perdas por imparidade.

Estes saldos estão apresentados no balanço consolidado na rubrica de "Outros activos financeiros – não corrente".

d) Empréstimos concedidos e contas a receber

Classificam-se como empréstimos e contas a receber os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não estejam cotados num mercado activo.

São mensurados ao custo amortizado usando o método do juro efectivo, sempre que o efeito temporal do dinheiro seja significativo. Incluem-se nesta rubrica os saldos apresentados no balanço consolidado nas rubricas de "Clientes" e "Outros activos correntes".

e) Caixa e bancos

A caixa e os bancos incluem os valores em caixa, os depósitos bancários, os outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses e os descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no balanço consolidado, no passivo corrente, em Empréstimos obtidos, e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa como saldos de caixa e bancos.

2.2.11.2. Imparidade de activos financeiros

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade.

Activos financeiros registados ao custo amortizado

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade em empréstimos concedidos e contas a receber, a quantia da perda é mensurada como a diferença entre a quantia registada do activo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. A quantia registada do activo deve ser reduzida através do uso de uma conta de redução do activo. A quantia da perda deve ser reconhecida na demonstração dos resultados do período na rubrica "Imparidade de contas a receber".

Se, num período subsequente, a quantia da perda por imparidade diminui e a diminuição pode ser relacionada objectivamente com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade anteriormente reconhecida deve ser revertida ajustando a conta de redução do activo. A reversão não deve resultar numa quantia registada do activo financeiro que exceda a quantia que poderia ter sido determinada pelo custo amortizado, caso a imparidade não tivesse sido reconhecida à data em que a imparidade foi revertida. A quantia da reversão deve ser reconhecida nos resultados.

Activos financeiros registados ao custo

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade num activo que não está registado pelo justo valor porque o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, a quantia da perda por imparidade é mensurada pela diferença entre a quantia registada do activo financeiro e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno de mercado corrente para um activo financeiro semelhante. A quantia da perda deve ser reconhecida na demonstração dos resultados do período na rubrica "Imparidade de contas a receber". Estas perdas por imparidade não devem ser revertidas.

2.2.11.3. Passivos financeiros

Os instrumentos de dívida e de capital próprio emitidos são classificados como passivos financeiros ou como capital próprio de acordo com a substância do acordo contratual.

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual para a sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal. Estes são reconhecidos no balanço somente quando o Grupo IGEPE se torna parte das disposições contratuais do mesmo.

A mensuração inicial dos passivos financeiros é o justo valor acrescido, nos casos de passivos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor por via dos resultados, dos custos de transacção que sejam directamente atribuíveis à aquisição ou emissão do passivo financeiro.

As categorias de passivos financeiros e a sua mensuração subsequente são as seguintes:

a) Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados incluem os passivos financeiros detidos para negociação e outros passivos financeiros ao justo valor através dos resultados reconhecidos no momento inicial.

A 31 de Dezembro de 2023 e 2022, o Grupo IGEPE não tem passivos classificados nessa categoria.

b) Empréstimos obtidos e contas a pagar

São mensurados ao custo amortizado usando o método do juro efectivo, sempre que o efeito temporal do dinheiro seja significativo. Incluem-se nesta rubrica os saldos apresentados no balanço consolidado nas rubricas de "Fornecedores", "Outros passivos correntes", "Empréstimos obtidos" e "Outros passivos financeiros", correntes e não correntes.

2.2.11.4. Instrumento de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Estes instrumentos são reconhecidos pelo seu valor nominal.

2.2.11.5. Compensação entre activos e passivos financeiros

Os activos e passivos financeiros são compensados e a quantia líquida daí resultante ser apresentada no balanço quando, e apenas quando:

- (a) existem um direito com força legal de compensar as quantias reconhecidas; e
- (b) se pretende, ou liquidar numa base líquida, ou realizar o activo e liquidar simultaneamente o passivo.

2.2.12. Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido.

O custo dos inventários é determinado utilizando o método do custo médio ponderado e inclui custos de aquisição, custos com impostos não dedutíveis, e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual.

As saídas de armazém são valorizadas ao custo médio ponderado.

Os ajustamentos ao valor realizável líquido são avaliados numa base anual e, caso se constate a necessidade de proceder ao seu reconhecimento, são registadas como uma dedução ao activo, e reconhecidas na demonstração dos resultados do período na rubrica "Ajustamentos de inventários".

2.2.13. Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço seja recuperado através da venda e cuja venda seja de alta probabilidade. Estes são mensurados ao menor entre o seu valor contabilístico e o justo valor deduzido de custos com a venda.

Para que um activo (ou grupo para alienação) seja classificado nesta rubrica é necessário o cumprimento dos seguintes requisitos:

- Que a probabilidade de ocorrência da venda seja elevada;
- Que o activo esteja disponível para venda imediata no seu estado actual; e
- Esperando-se que a venda seja realizada num período até doze meses após a classificação do activo nesta rubrica, exceptuando as situações em que o atraso na venda do activo seja causada por acontecimentos ou circunstâncias fora do controlo do Grupo IGEPE e se houver prova suficiente de este continuar comprometido com o plano de venda do activo.

Os activos registados nesta rubrica não são amortizados e são valorizados ao menor valor entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido dos custos de venda. O justo valor destes activos é determinado com base em avaliações efectuadas por entidades especializadas. Caso o valor registado em balanço seja inferior ao justo valor deduzido dos custos de venda, são registadas perdas por imparidade na rubrica apropriada.

2.2.14. Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente, legal ou implícita, resultante de eventos passados para qual é provável que seja necessário no futuro um dispêndio de recursos internos. Deve, ainda, ser possível estimar razoavelmente o montante desta obrigação.

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que exista a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, a menos que seja muito elevada a probabilidade de uma entrada de fluxos que se traduzam em benefícios económicos futuros.

2.2.15. Reconhecimento do rédito

O rédito obtido pelo Grupo IGEPE provém de diversas actividades desenvolvidas pelas empresas incluídas no perímetro de consolidação. A Nota 23 discrimina o rédito por tipo de actividade desenvolvida pelo Grupo IGEPE.

Algumas das empresas do Grupo IGEPE desenvolvem actividades reguladas, nomeadamente a venda de energia eléctrica, a venda de gás, a venda de combustíveis, a prestação de serviços bancários e de contratos de seguro.

Os preços praticados na venda da energia eléctrica, obedecem a tarifas que são fixadas e aprovadas em Conselho de Ministros e publicadas em diploma legal.

O rédito das vendas de gás natural e de líquidos de gás natural feitas no decurso das actividades ordinárias é mensurado ao justo valor do pagamento recebido ou a receber, líquido de "royalties" pagos ao governo, impostos indirectos, descontos comerciais e descontos de volume. O "royalty" é o imposto sobre o petróleo produzido em território moçambicano. A base fiscal do "royalty" é o valor do petróleo produzido incluindo as quantidades de petróleo perdido devido a qualquer deficiência nas operações petrolíferas ou por negligência. O royalty cobrado corresponde a 5% do valor do gás natural e condensado produzido, extraído ou vendido menos o custo de transporte, recolha e processamento.

Na venda de combustíveis, os preços são fixados pelo Estado Moçambicano e o rédito da venda destes produtos inclui uma parcela de "Subsídio de compensação" a receber do Estado como consequência do não aumento dos preços dos combustíveis.

No caso específico das entidades do sector financeiro, banca e seguros, as respectivas actividades são reguladas, respectivamente, pelo Banco de Moçambique e Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique, onde os valores relativos a taxas de juro e prémios simples de seguro seguem a regulamentação dos respectivos reguladores.

Vendas

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. O rédito inerente às vendas é reconhecido na demonstração dos resultados do período, na rubrica de "Vendas de bens e serviços", quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos bens vendidos são transferidos para o comprador.

Prestação de serviços

O rédito inerente à prestação de serviços é reconhecido quando prestados, independentemente do seu recebimento, na rubrica de "Vendas de bens e serviços" da demonstração dos resultados do período.

Dividendos

O rendimento de dividendos é reconhecido quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

Os dividendos recebidos relativos a investimentos financeiros mensurados ao custo ou ao justo valor são reconhecidos na demonstração dos resultados do período, na rubrica "Outros rendimentos e ganhos operacionais", quando são aprovados e pagos pelas Empresas participadas.

Os dividendos recebidos relativos a investimentos financeiros mensurados pelo método da equivalência patrimonial são abatidos ao valor do respectivo investimento financeiro, no balanço, quando são aprovados e pagos pelas Empresas participadas.

Subsídios do Governo

Os subsídios do governo, incluindo os não monetários, são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando é garantido que se irá receber e que as empresas irão cumprir com as condições exigidas para atribuição.

Os subsídios relativos a activos são apresentados no balanço, na rubrica de "Outras contas a pagar" no passivo, como rendimento diferido e reconhecidos numa base sistemática e racional durante a vida útil do activo, na rubrica "Outros rendimentos e ganhos operacionais" da demonstração dos resultados do período. Alternativamente podem ser apresentados como uma dedução ao valor do activo para o qual foram atribuídos.

Os subsídios que estão relacionados com apoio à actividade operacional da empresa são apresentados na rubrica "Outros rendimentos e ganhos operacionais" da demonstração dos resultados do período.

2.2.16. Reconhecimento de rendimentos e gastos

Os gastos e os rendimentos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e os rendimentos cujo valor real não seja conhecido são contabilizados por estimativa.

Nas seguintes rubricas do balanço consolidado são registados:

- Em "Outros activos correntes", os rendimentos imputáveis ao exercício corrente e os gastos que já ocorreram, mas que serão imputados a exercícios futuros; e
- Em "Outros passivos correntes", os rendimentos que já ocorreram, mas que serão imputados a exercícios futuros e os gastos imputáveis ao exercício corrente.

2.2.17. Benefícios aos empregados

Os benefícios de curto prazo são mensurados numa base não descontada e na demonstração dos resultados do período, na rubrica "Custos com o pessoal", à medida em que o serviço é prestado.

Para benefícios de longo prazo estima-se o montante futuro ao qual o trabalhador já ganhou o direito no período passado e presente.

As contribuições para o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), através de um plano de contribuição definida que todas as empresas moçambicanas são, por lei, obrigadas a fazer, são efectuadas com base numa percentagem dos salários e são reconhecidas na demonstração dos resultados do período, na rubrica "Custos com o pessoal".

Estas contribuições definidas para o Sistema de Segurança Social, são geralmente financiadas pelos empregados em 3% do salário bruto e pela entidade patronal em 4% do salário bruto. Quando estas contribuições são pagas, a entidade patronal não tem obrigações adicionais.

Em algumas das entidades incluídas no perímetro de consolidação, são ainda concedidos complementos de pensões de reforma e sobrevivência (doravante designado de plano de pensões), o qual assegura aos seus empregados e pensionistas um plano de assistência médica, pós-emprego.

2.2.18. Impostos

A rubrica de "Imposto sobre o rendimento" da demonstração dos resultados consolidada inclui o imposto corrente e o imposto diferido. Esta rubrica é apurada individualmente em cada uma das participadas, de acordo com os seus registos contabilísticos e fiscais.

Imposto corrente

O imposto sobre o rendimento corrente é o resultado do somatório dos impostos apurados em cada uma das entidades incluídas no perímetro de consolidação. Ao nível dos ajustamentos de consolidação, não é efectuado qualquer ajustamento no imposto corrente, já que o Grupo IGEPE não é tributado pelo regime do lucro consolidado.

O imposto corrente é o imposto que se espera pagar ou receber sobre o rendimento ou prejuízo e é calculado de acordo com as taxas estipuladas por lei à data do balanço, tomando-se por base os resultados reportados na demonstração de resultados de cada uma das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e após os ajustamentos apropriados para efeitos fiscais.

Imposto diferido

O Grupo IGEPE adopta como procedimento o reconhecimento de impostos diferidos de acordo com o estabelecido na NCRF12 – Impostos sobre o rendimento correntes e diferidos, como forma de especializar adequadamente os efeitos fiscais das suas operações, e de excluir as distorções relacionadas com os critérios de natureza fiscal que contrariam os efeitos económicos de determinadas transacções.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros suficientes para deduzir os impostos diferidos activos. Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas fiscais decretadas em vigor no período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

O imposto diferido é apresentado na demonstração dos resultados do período na rubrica de "Imposto sobre o rendimento", excepto nos casos em que as transacções que os originam tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação, às taxas de imposto que tenham sido decretadas ou essencialmente decretadas à data do balanço.

Adicionalmente, poderão surgir ajustamentos de consolidação aos valores dos activos e passivos consolidados que geram ajustamentos aos impostos diferidos, nas situações em que geram diferenças temporárias entre as demonstrações financeiras consolidadas e as demonstrações financeiras individuais de cada participada.

2.2.19. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("eventos ajustáveis") são reflectidos nas demonstrações financeiras.

2.2.20. Julgamentos significativos e estimativas contabilísticas

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com o PGC-NIRF exige que sejam efectuados julgamentos, estimativas e pressupostos, que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e mensuração dos activos, passivos, rendimentos e gastos.

As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e outros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes.

Os principais julgamentos utilizados e estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes.

Perímetro de consolidação

O Grupo IGEPE inclui apenas as empresas participadas que o Estado considera serem as suas participações estratégicas, independentemente da percentagem de controlo detida nessas entidades. Assim, algumas empresas nas quais é detida uma percentagem de participação superior a 50% não foram incluídas no perímetro. A Nota 3 – Perímetro de Consolidação contém mais detalhes sobre este tema.

Influência significativa

O Grupo IGEPE considera que não tem influência significativa em algumas participadas nas quais a percentagem de participação detida é superior a 20%. Por este motivo, em certas destas empresas nas quais é detida uma percentagem de participação superior a 20% não foi aplicado o método da equivalência patrimonial.

A Nota 8 – Investimentos em associadas contém mais detalhes sobre este tema.

Continuidade das operações

Algumas entidades do Grupo IGEPE apresentam capitais próprios negativos. Nessas entidades, o principal julgamento efectuado pelos respectivos órgãos de gestão, prende-se com a aplicação do princípio da continuidade das operações às demonstrações financeiras. Este julgamento abrange os próximos 12 meses após a data de relato.

Essas entidades têm vindo a implementar medidas no sentido da reestruturação operacional, com o objectivo de equilibrar a estrutura de custos e a estrutura de rendimentos, estando também em curso certas acções concretas que visam garantir alguma robustez financeira que permita atender a breve trecho aos compromissos operacionais e de financiamento.

O Estado Moçambicano, como accionista maioritário / único, mostrou total apoio financeiro para fazer face aos compromissos de financiamento.

Deste modo, as demonstrações financeiras destas entidades foram preparadas de acordo com o princípio da continuidade das operações. Este princípio pressupõe que essas entidades continuarão a receber o apoio quer do Estado Moçambicano que das instituições financeiras, bem como a realização de operações lucrativas no futuro, e que a realização dos activos e liquidação de passivos ocorrerá no curso normal dos negócios.

Imparidade de contas a receber

O Grupo IGEPE reavalia periodicamente a evidência de imparidade de forma a aferir da necessidade de reconhecer perdas por imparidade adicionais. Para a determinação do nível de perda potencial, são usadas estimativas nos cálculos dos montantes relacionados com os fluxos de caixa futuros. Tais estimativas são baseadas em pressupostos de diversos factores, podendo os resultados efectivos alterar no futuro, resultando em alterações dos montantes constituídos para fazer face a perdas efectivas.

Adicionalmente à análise de imparidade individual, é ainda efectuada uma análise de imparidade colectiva das contas a receber para fazer face a situações de perda de valor que, embora não especificamente identificáveis, incorporam um grande risco de incumprimento face à situação inicial, quando foram reconhecidos.

O Grupo IGEPE considera que a imparidade determinada com base na metodologia apresentada permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de clientes.

Vidas úteis e valores residuais dos activos tangíveis e intangíveis

O Grupo IGEPE reavalia continuamente as suas estimativas sobre a vida útil dos activos tangíveis, activos tangíveis de investimento e activos intangíveis. As estimativas de vida útil remanescente são baseadas na experiência, estado e condição de funcionamento do activo. Caso se entenda necessário, estas estimativas são sustentadas em pareceres técnicos emitidos por peritos independentes.

Reavaliação dos activos tangíveis

Pese embora apenas oito das participadas incluídas no perímetro de consolidação reportem os seus activos tangíveis revalorizados (ver Nota 2.2.5), o Grupo IGEPE aplica o modelo de revalorização na mensuração de certas classes de activos, após o reconhecimento inicial. Estas variações ao justo valor são reconhecidas nos capitais próprios. Estas reavaliações têm por base avaliações de activos efectuadas por avaliadores independentes. Nestas avaliações são utilizados pressupostos sobre determinados indicadores, os quais podem alterar no futuro, resultando em alterações dos montantes das reavaliações reconhecidas.

Imparidade de activos tangíveis e intangíveis

Os activos tangíveis, activos tangíveis de investimento e activos intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que a sua quantia registada excede a recuperável.

Para o cálculo da potencial perda por imparidade, são efectuadas estimativas sobre os fluxos caixa futuros esperados do uso continuado desses activos e da sua venda no final da sua vida útil. O período de projecções dos fluxos de caixa varia assim em função da vida útil média da unidade geradora de caixa. Tais estimativas são baseadas em pressupostos de diversos factores, podendo os resultados efectivos alterar no futuro, resultando em alterações dos montantes constituídos para fazer face a perdas efectivas.

Provisões

As provisões constituídas para fazer face a perdas prováveis em processos judiciais em que as entidades incluídas no perímetro de consolidação sejam parte interessada, são constituídas atendendo à expectativa da potencial perda esperada, sustentada na informação prestada pelos seus assessores jurídicos, sendo objecto de revisão anual.

Impostos

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal dados às transacções e eventos. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento do Grupo IGEPE sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

A Administração Tributária dispõe da faculdade de rever a posição fiscal durante um período de 5 anos e desta revisão podem resultar correcções devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRPC e IVA.

O Grupo IGEPE acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais, pelo que não espera que eventuais correcções à matéria colectável declarada decorrentes destas revisões tenham um efeito material nas demonstrações financeiras.

O reconhecimento de activos por impostos diferidos depende de até que ponto é provável que haverá lucros tributáveis no futuro, contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis serão utilizadas. O reconhecimento envolve, portanto, o julgamento sobre o futuro desempenho financeiro das várias Empresas que integram o perímetro.

Instituto de Gestão de Participações do Estado
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2023
(valores expressos em Meticais)

2.3. Reexpressão dos saldos

As demonstrações financeiras de certas entidades em referência a 31 de Dezembro de 2022 foram alvo de reexpressão para corrigir diversos erros detectados no decorrer do exercício de 2023. Consequentemente, os valores comparativos consolidados do balanço e da demonstração dos resultados foram reexpressos.

Os impactos da reexpressão efectuada ao nível do balanço consolidado e da demonstração dos resultados consolidados, em referência a 31 de Dezembro de 2022 reexpressos, foram os seguintes:

	Auditado 31/12/2022	Ajustamentos de reexpressão	31/12/2022 Reexpresso
Activos não correntes			
Activos tangíveis	391 433 875 827		391 433 875 827
Activos tangíveis de investimento	13 620 279 102		13 620 279 102
Goodwill	73 808 085		73 808 085
Activos intangíveis	220 747 032 462		220 747 032 462
Investimentos em associadas	28 934 062 701		28 934 062 701
Outros activos financeiros	1 860 430 826		1 860 430 826
Activos por impostos diferidos	5 827 266 803	-2 962 282 132	2 864 984 671
Activos financeiros disponíveis para venda	3 612 117 767		3 612 117 767
	666 108 873 574	-2 962 282 132	663 146 591 442
Activos correntes			
Inventários	13 098 600 577		13 098 600 577
Clientes	27 732 026 834	-469 070	27 731 557 764
Outros activos correntes	58 798 872 837	649 022 395	59 447 895 232
Caixa e bancos	58 090 014 045		58 090 014 045
Activos não correntes detidos para venda	267 111 300		267 111 300
	157 986 625 593	648 553 325	158 635 178 918
	824 095 499 167	(2 313 728 807)	821 781 770 360
Capital próprio			
Capital social	361 014 763		361 014 763
Acções próprias	0		0
Reservas legais	23 842 128 195		23 842 128 195
Reservas de reavaliação	14 694 004 841	-1 722 410 802	12 971 594 039
Outras reservas	13 477 910 488		13 477 910 488
Resultados transitados	110 645 524 807	-2 085 212 788	108 560 312 020
Outras componentes do capital próprio	95 553 997 369	-440 111	95 553 557 258
Resultado líquido do período	10 243 204 742	-4 277 773 325	5 965 431 417
	268 817 785 205	-8 085 837 026	260 731 948 179
Interesses minoritários	15 701 359 515	764 193 009	16 465 552 524
	284 519 144 721	-7 321 644 017	277 197 500 704
Passivos não correntes			
Provisões	25 633 917 031		25 633 917 031
Empréstimos obtidos	270 853 604 142		270 853 604 142
Outros passivos financeiros	72 531 251 139		72 531 251 139
Passivos por impostos diferidos	50 792 808 483	1 549 426 963	52 342 235 446
	419 811 580 795	1 549 426 963	421 361 007 759
Passivos correntes			
Provisões	2 658 442 394		2 658 442 394
Fornecedores	38 069 176 746		38 069 176 746
Empréstimos obtidos	16 735 166 020		16 735 166 020
Outros passivos financeiros	30 605 232 321	3 458 243 732	34 063 476 053
Imposto a pagar	1 890 655 867		1 890 655 867
Outras contas a pagar	29 806 100 305	244 514	29 806 344 818
	119 764 773 652	3 458 488 246	123 223 261 898
Total dos passivos	539 576 354 447	5 007 915 210	544 584 269 656
Total do capital próprio e dos passivos	824 095 499 167	(2 313 728 807)	821 781 770 360

Instituto de Gestão de Participações do Estado
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2023
(valores expressos em Meticais)

	Auditado 31/12/2022	Ajustamentos de reexpressão	31/12/2022 Reexpresso
Vendas de bens e serviços	156 753 730 084	648 920 827	157 402 650 911
Varição da produção e de trabalhos em curso	0		0
Investimentos realizados pela própria empresa	22 397 000		22 397 000
Custo dos inventários vendidos ou consumidos	-65 212 105 360		-65 212 105 360
Custos com o pessoal	-29 740 550 801	-733 361	-29 741 284 162
Fornecimentos e serviços de terceiros	-26 698 300 075	-2 939 730 636	-29 638 030 711
Amortizações	-20 313 512 769		-20 313 512 769
Provisões	-2 582 864 462		-2 582 864 462
Ajustamentos de inventários	-151 369 154		-151 369 154
Imparidade de contas a receber	-2 883 600 340		-2 883 600 340
Imparidade de investimentos financeiros	25 216 968		25 216 968
Imparidade dos activos tangíveis, intangíveis de investimento e intangíveis	75 677 637		75 677 637
Outros rendimentos e ganhos operacionais	10 045 128 591		10 045 128 591
Outros ganhos e perdas operacionais	-3 924 020 032		-3 924 020 032
	15 415 827 289	-2 291 543 170	13 124 284 119
Rendimentos financeiros	15 923 204 730		15 923 204 730
Gastos financeiros	-14 273 736 903	-522 970 445	-14 796 707 348
Ganhos/perdas imputados de associadas	3 681 508 138		3 681 508 138
Resultados antes de imposto	20 746 803 254	-2 814 513 615	17 932 289 639
Imposto sobre o rendimento	-8 847 378 790	-699 066 701	-9 546 445 491
Resultados do período das operações continuadas	11 899 424 464	-3 513 580 316	8 385 844 148
Resultado líquido das operações descontinuadas	0		0
Resultados líquidos do período	11 899 424 464	-3 513 580 316	8 385 844 148
Resultados líquidos do período atribuídos a:			
Detentores do capital da empresa-mãe	10 243 204 742	-4 277 773 325	5 965 431 417
Interesses minoritários	1 656 219 722	764 193 009	2 420 412 731

Os principais motivos para a reexpressão das contas foram os seguintes.

Ao nível da rubrica de impostos diferidos (activos e passivos)

Durante o exercício a Administração do Grupo (Aeroportos de Moçambique) decorrente da avaliação dos activos por impostos diferidos tendo em conta a capacidade do Grupo gerar lucros tributáveis que permitam a sua materialização. Deste modo, a Empresa decidiu desreconhecer os activos por impostos diferidos resultantes de prejuízos fiscais e imparidades contas a receber.

Da revisão efectuada aos Passivos por Impostos Diferidos resultantes da reavaliação do Imobilizado do Grupo (ADM) verificou-se que o Grupo encontrava-se a deduzir 60% do valor das amortizações do Excedente de Reavaliação resultante da interpretação incorrecta do Artigo 15 do Decreto 72/23 de 23 de Dezembro, no qual estabelece que para reavaliações fiscais não são dedutíveis para efeitos fiscais 40% dos montantes resultantes de reavaliação. Tratando-se esta de uma reavaliação livre efectuada por um especialista no âmbito da Norma de Contabilidade e de Relato Financeiro 16, Activos Tangíveis de Investimento, as Amortizações do Excedente de Reavaliação não são aceites fiscalmente. O ajustamento deu origem alterações materiais nos saldos das contas que a seguir se reexpressa:

- Activos por impostos diferidos;
- Reserva de reavaliação;
- Resultados transitados;
- Resultado líquido do período;
- Passivos por impostos diferidos;
- Imposto sobre o rendimento

Ao nível da rubrica dos outros activos correntes e passivos financeiros

A transferência da posição contractual no contracto de Concessão para Pesquisa e Produção, em que a ENHRA4 adquire os direitos e obrigações no consorcio de exploração de gás, a 1 de dezembro de 2022, ou seja, a correção do erro reconhecida no exercício de 2023 referente ao exercício de 2022, deve-se a transferência de direitos do consorcio da Área 4, do Grupo (ENH E.P). para ENHRA4, sobre os quais as suas vendas e custos correlacionados não se encontravam registados por erro a data do Balanço de 2022.

Instituto de Gestão de Participações do Estado
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2023
(valores expressos em Meticais)

Neste contexto o Grupo é obrigado a adoptar novas políticas contabilísticas no exercício 2023, que acomodem as operações provenientes do consórcio. As contas do Grupo sofrem impactos retrospectivos, obrigando a reexpressão de contas, tendo em consideração que os direitos e obrigações adquiridos reportam ao exercício de 2022. Adicionalmente, os activos, passivos, direitos e obrigações sobre a operação, transferidos nesta cedência de posição contractual, limitam a comparabilidade com os exercícios transactos.

Como consequência do acima disposto, as vendas de bens e de serviços, os fornecimentos e serviços de terceiros e os gastos financeiros referentes a 2022 não foram reportados na sua totalidade. Os erros foram corrigidos pela reexpressão de cada linha afectada das demonstrações financeiras de 2022. O ajustamento provocou alterações materiais nos saldos das contas que a seguir se reexpressa:

- Outros activos correntes;
- Outras componentes do capital próprio;
- Resultado líquido do período;
- Vendas de bens e serviços;
- Fornecimentos e serviços de terceiros
- Gastos financeiros

3. Perímetro de consolidação

As subsidiárias consolidadas através do método de consolidação integral são as seguintes.

Empresas públicas

Entidade	Actividade	% de participação	
		2023	2022
Aeroportos De Moçambique, E.P. – ADM	Aeroporto	100%	100%
Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P. – CFM	Transportes	100%	100%
Correios De Moçambique, E.P.	[a] Comunicação	-	100%
Electricidade De Moçambique, E.P. – EDM	Energy & Utilities	100%	100%
Empresa Moçambicana De Dragagens, E.P. – EMODRAGA	Dragagem	100%	100%
Empresa Nacional De Hidrocarbonetos, E.P. – ENH	Oil & Gas	100%	100%
Hidráulica de Chóckwé, E.P. – HICEP	[b] Gestão de Barragens	-	100%
Imprensa Nacional De Moçambique, E.P.	Comunicação	100%	100%
Parque De Ciência E Tecnologia Em Maluana, E.P. – ENPCT	Logística	100%	100%
Regadio De Baixo Limpopo, E.P. – RBL	Gestão de Barragens	100%	100%
Rádio Moçambique, E.P. – RM	Comunicação & Media	100%	100%
Televisão De Moçambique, E.P. – TVM	Comunicação & Media	100%	100%

- a) Empresa excluída do perímetro - Com dificuldade em apresentação de contas, pelo facto de a Assembleia Geral não ter aprovado as mesmas (empresas extintas ou inoperacionais)
- b) Empresa excluída do perímetro – pelo facto de ter-se fundido com a entidade Regadio de Baixo Limpopo que se encontra no perímetro de consolidação

Instituto de Gestão de Participações do Estado
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2023
(valores expressos em Meticais)

Empresas detidas exclusivamente pelo Estado

Entidade	Actividade	% de participação	
		2023	2022
Silos e Terminal Graneleiro Da Matola, S.A. – STEMA	Logística	100%	100%
Banco Nacional De Investimentos, S.A. – BNI	Bancário	100%	100%
Sociedade Moçambicana De Medicamentos, S.A. – SMM	Saúde	100%	100%
Monte Binga, S.A.	[b] Segurança	100%	100%
Sociedade De Farmácias De Moçambique, S.A. – FARMAC	Saúde	100%	100%
Transmarítima, S.A.	[c] Transporte	100%	100%
Bolsa de Valores de Moçambique, S.A.	Financeiro	100%	-

- c) Empresa excluída do perímetro – Com dificuldade em apresentação de contas, pelo facto de a Assembleia Geral não ter aprovado as mesmas (empresas extintas ou inoperacionais)
- d) Empresa excluída do perímetro - Em processo de alienação da totalidade do seu património.

Empresas detidas maioritariamente pelo Estado

Entidade	Actividade	% de participação	
		2023	2022
Complexo Agro-Industrial De Chóckwé, S.A. – CAIC [d]	Agricultura	70%	70%
Companhia Pipeline Moçambique/Zimbábwe, S.A. [e]	Oil & Gas	50%	50%
Domus - Sociedade De Gestão Imobiliária, S.A.	Imobiliário	94%	94%
Empresa Moçambicana De Seguros, S.A. – EMOSE	Seguros	70%	70%
Linhas Aéreas De Moçambique, S.A. – LAM	Transporte	96%	96%
Petróleos de Moçambique, S.A. – PETROMOC	Oil & Gas	80%	80%
Sociedade De Notícias, S.A.	Comunicação & Media	99,8%	99,8%
Moçambique Telecom, S.A. – TMCEL	Telecomunicações	90%	90%

- e) Empresa excluída do perímetro – com investimentos financeiros sem % de participação e classificação (Subsidiária, associadas)
- f) Empresa excluída do perímetro – sob gestão do Ministério da Economia e Finanças (DNT).

Empresas detidas indirectamente pelo Estado através das empresas que compõem o SEE

Entidade	Notas	% de participação	
		2023	2022
Autogás, S.A.	[f)]	51,04%	51,04%
Belavista Holding	[g)]	65,00%	65,00%
Carteira Movei		100,00%	100,00%
CEZA - Companhia Eléctrica do Zambeze		100,00%	100,00%
CEZA II - Companhia Eléctrica do Zambeze		100,00%	100,00%
CFM - Sociedade Turística, S.A.		100,00%	100,00%
CFM - Transportes e Trabalhos Aéreos, S.A.		100,00%	100,00%
Companhia Moçambicana de Gasodulto, S.A		100,00%	100,00%
Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos		90,00%	90,00%
Ecomoz		0,00%	65,00%
EDM Telefibra	[h)]	100,00%	100,00%
Emose Imobiliária, Lda.	[g)]	99,90%	99,90%
ENH FLNG um, S.A	[g)]	100,00%	100,00%
ENH Integrated Logistics Services		51,00%	51,00%
ENH LNG Shipping		51,00%	51,00%
ENH Logistics, S.A		100,00%	100,00%
ENH Rovuma área 4, S.A		100,00%	100,00%
ENH Rovuma área um, S.A		100,00%	100,00%
Galileo Mozambique, Lda.		51,00%	51,00%
Gás Natural		51,00%	51,00%
Lama Aircraft Appearance Pty		51,00%	51,00%
Limpex - Limpeza Expresso, Lda.		85,00%	85,00%
Mextur, Lda.		90,00%	90,00%
MIAFS		51,00%	51,00%
Moçambique Expresso, S.A.	[g)]	100,00%	100,00%
Moçambique Previdente - SGFP, SA	[g)]	80,00%	51,00%
Mozambique Airport Handling Services, Lda.		51,00%	51,00%
Olimax		0,00%	100,00%
Pensão Taj Mahal	[h)]	100,00%	100,00%
Petroauto	[g)]	80,00%	80,00%
Petrogás		60,00%	60,00%
Petromoc & Sasol		51,00%	51,00%
PetroStar Energy	[g)]	50,00%	50,00%
Portos de Cabo Delgado, S.A.		100,00%	100,00%
SMI - Sociedade de Manutenção Imobiliária	[g)]	51,00%	80,00%
Sociedade Moçambicana de Serviços, Lda.		100,00%	100,00%
Sociedade Nacional Transporte Energia S.A.	[g)]	100,00%	100,00%
Somotor		100,00%	100,00%
Teledata		95,00%	95,00%
Transporte Multiplexação e Transmissão S.A.	[f)]	82,50%	66,00%

g) Estas empresas são classificadas como associadas nas subsidiárias que as detêm, no entanto a nível do SEE como um todo, elas passam a ser entidades controladas, pelo que são adicionadas directamente ao perímetro de consolidação

h) Estas empresas embora sejam detidas em mais de 50% pelas participadas do SEE não são integradas nos subconsolidados e encontram-se valorizadas ao custo

i) Empresa alienada

Instituto de Gestão de Participações do Estado
 Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2023
 (valores expressos em Meticais)

4. Activos tangíveis

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de activos tangíveis decompõe-se conforme indicado no quadro abaixo:

	31/12/2023									Total
	Construções	Equipamento básico	Mobiliário e equipamento administrativo social	Equipamento de transporte	Taras e vasilhame	Ferramentas e utensílios	Activos de exploração e avaliação de recursos minerais	Outros activos tangíveis	Activos tangíveis em curso	
Activos tangíveis - custo										
Saldo em 1 de Janeiro de 2023	180 536 702 668	342 208 223 794	7 893 362 123	8 357 594 568	421 536 704	1 476 929 578	22 477 152 055	2 507 908 171	93 708 691 674	659 588 101 334
Entradas no perímetro	83 299 016	179 909 687	56 500 440	119 669 520	-	-	-	6 020 338	18 150 153	463 549 154
Aquisições	44 649 280 266	8 210 003 693	264 058 104	1 505 597 298	104 165 750	66 061 036	641 239 796	676 952 541	29 593 479 370	85 713 837 853
Alienações, abates e transferências	10 936 744 810	10 531 851 676	(1 428 012 117)	(1 787 082 523)	(1 284 553)	(157 129 945)	(856 063 878)	3 031 679 287	(25 663 534 372)	(5 392 831 614)
Diferenças cambiais	4 731 405	13	(127 945)	(579 048)	-	(43 774)	-	(725 042)	-	14 109 556
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	236 210 758 165	361 129 988 862	6 785 780 605	8 198 199 815	524 417 901	1 385 816 094	22 272 843 551	6 221 835 295	97 657 125 194	740 386 766 283
Activos tangíveis - amortizações e imparidades										
Saldo em 1 de Janeiro de 2023	(84 134 074 592)	(157 487 050 902)	(5 452 034 727)	(6 468 063 864)	(193 655 049)	(962 848 501)	(12 072 469 346)	(1 546 833 042)	(28 988 543)	(266 346 018 567)
Entradas no perímetro	(9 266 845)	(77 947 458)	(38 679 146)	(73 327 430)	-	-	-	(5 023 257)	-	(204 244 136)
Depreciações do exercício	(6 497 802 328)	(11 237 311 259)	(460 294 811)	(681 486 778)	(55 232 115)	(92 211 926)	(1 437 090 728)	(543 572 047)	-	(21 005 001 991)
Imparidades	164 767 427	-	-	-	-	-	-	-	-	(21 005 001 991)
Alienações, abates e transferências	(309 116 371)	3 253 402 859	948 952 072	1 305 092 525	579 369	200 541 625	(5 951 564)	(2 134 890 791)	(5 174 780)	159 592 647
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	(90 785 492 710)	(165 548 906 759)	(5 002 056 611)	(5 917 785 547)	(248 307 796)	(854 518 802)	(13 515 511 638)	(4 230 319 137)	(34 183 323)	(286 137 062 323)
Valor líquido	145 425 265 455	195 581 082 103	1 783 723 994	2 280 414 267	276 110 105	531 298 093	8 757 331 913	1 991 516 158	97 657 125 194	454 249 703 959
	31/12/2022									
	Construções	Equipamento básico	Mobiliário e equipamento administrativo social	Equipamento de transporte	Taras e vasilhame	Ferramentas e utensílios	Activos de exploração e avaliação de recursos minerais	Outros activos tangíveis	Activos tangíveis em curso	Total
Activos tangíveis - custo										
Saldo em 1 de Janeiro de 2022	179 004 572 428	331 682 620 755	6 227 655 611	6 388 437 091	350 599 419	1 227 691 766	21 171 873 043	5 249 786 724	78 594 052 595	629 897 289 433
Entradas no perímetro	220 755 697	235 019 407	12 785 372	-	-	1 356 337	-	5 765 857	-	475 682 670
Salidas no perímetro	(1 045 936)	(854 835 569)	(4 283 603)	(11 522 938)	-	(812 201)	-	(19 484)	(1 270 122)	(873 789 852)
Aquisições	293 072 526	11 538 261 000	248 445 033	537 314 769	69 685 922	87 702 205	1 485 719 757	76 109 440	18 749 963 988	33 086 274 638
Alienações, abates e transferências	1 121 229 562	(320 132 331)	1 417 892 782	1 475 034 641	1 251 363	161 038 933	(194 045 554)	(2 816 938 965)	(3 633 329 391)	(2 787 998 960)
Diferenças cambiais	(18 582 593)	107 200 214	(141 784)	(3 008 904)	-	(47 462)	13 604 809	(775 063)	-	99 280 342
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	180 620 001 684	342 388 133 476	7 902 353 411	8 386 254 659	421 536 704	1 476 929 578	22 477 152 055	2 513 928 509	93 710 448 195	659 896 738 271
Activos tangíveis - amortizações e imparidades										
Saldo em 1 de Janeiro de 2022	78 479 240 116	148 711 048 647	4 124 419 380	4 829 796 685	154 178 172	697 657 939	12 864 701 215	3 116 451 041	28 988 543	253 006 481 740
Entradas no perímetro	69 968 793	204 413 850	9 850 712	-	-	1 346 716	-	4 299 993	-	288 880 064
Salidas no perímetro	(256 052)	(707 301 426)	(3 982 457)	(11 522 938)	-	(513 885)	-	-	-	(723 576 758)
Depreciações do exercício	5 876 994 361	10 877 001 994	570 522 218	827 844 726	39 159 199	97 890 613	1 210 325 949	132 752 721	-	19 632 491 781
Imparidades	(80 572 437)	-	-	-	-	-	-	-	-	(80 572 437)
Alienações, abates e transferências	(201 033 343)	(1 517 820 520)	759 091 503	836 340 893	317 678	166 467 118	(2 002 557 818)	(1 701 647 456)	-	(3 660 841 944)
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	84 143 341 438	157 567 342 546	5 459 901 357	6 482 459 366	193 655 049	962 848 501	12 072 469 346	1 551 856 299	28 988 543	268 462 862 445
Valor líquido	96 476 660 246	184 820 790 931	2 442 452 054	1 903 795 293	227 881 656	514 081 077	10 404 682 709	962 072 210	93 681 459 652	391 433 875 827

As adições de activos tangíveis em 2023 compreendem, essencialmente, o seguinte:

Na rubrica de equipamento construções:

- Fornecimento e montagem de equipamento alternativo para climatização das áreas públicas nos terminais A e B de passageiros do Aeroporto Internacional de Maputo;
- Entrega provisória dos trabalhos de reparação de emergência da pista principal do Aeródromo de Chimoio numa área de 139mx8,30m;
- Empreitada de reabilitação parcial do Aeródromo de Mocimboa da Praia e da reconstrução do perímetro de vedação (1100 metros lineares de extensão) do Aeroporto de Nampula
- Continuidade dos trabalhos de instalação e operacionalização do sistema VSAT Doméstico na FIR da Beira;
- Continuidade dos trabalhos adicionais do Projecto de Construção da Torre Provisória de Aeroporto de Vilankulo;

Na rubrica de equipamento básico:

- Aquisição de diverso equipamento informático (computadores desktops, notebooks, all in one business PC, monitores e impressoras);
- Aquisição de 36 operacionais para todos os aeroportos sob gestão da ADM;
- trabalhos de instalação de rede efectuados pela Televisa, aquisições de equipamentos para reforço da rede backhauling de rádio da empresa, links de rádio e equipamentos terminais para ligação dos clientes. Contempla também a aquisição de baterias de descarga lenta para UPS e ainda armários-bastidores para a colocação de equipamentos e a extensão da rede de fibra óptica da Teledata;

Na rubrica de mobiliário e equipamento administrativo social:

- Aquisição de Gerador 800 W/Gasolina GE8002, computadores de mesa HP Z2 e laptops Asus Zenbook para os colaboradores, câmaras de videovigilância, módulo finger print, fotocopiadoras e scan Canon, compressor de AC de 24000 BTUs, geleiras e mobiliário de escritório

Na rubrica de equipamentos de transporte:

- Aquisição de 07 viaturas operacionais para o Aeroporto Internacional de Maputo de um lote de 36;
- Aquisição de novas viaturas para operações e 4 viaturas de trabalho Mazda BT50 na Teledata

Na rubrica de activos de exploração:

- Correspondem a custos de exploração, avaliação e desenvolvimento nos blocos de pande e Temane da CMH

Foram transferidos 5.442.576.689 Meticais dos Investimentos em curso para Equipamento básico e 12.516.878 Meticais para as Construções que correspondem aos sites modernizados, no âmbito do projecto RAN, que entraram em funcionamento em 2023 e ao custo de prestação de serviços incorridos desde o início do projecto até a data.

Instituto de Gestão de Participações do Estado
 Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2023
 (valores expressos em Meticais)

Os investimentos em curso incluem ainda os seguintes projectos:

- Cerca de 77.171.070.937 Meticais, referentes a empresa EDM, que corresponde a diversos projectos em curso, conforme detalhado no quadro abaixo:

Projecto	31-Dez-2023	31-Dez-2022	Doador/Financiador	Data prevista de conclusão
Projecto die Bilan®	362 754 104	362 754 104	KFW	Jun-24
Transformador 40MVA, 110V/33KV SE Mocuba	107 354 410	107 354 410	ASDI	Jun-24
Construe, linha 33KV Marrneu Chupanga	119 664 382	119 664 382	EDM	Jun-24
Elec. Rural on of gnd Niassa	21 421 102	21 421 102	JICA	Jun-24
Elec. Vilas front Madeia - Caiomwe	458 761	458 761	Fundos propios	Jun-24
Novos paines de corte-se Macia e Machava	25 089 514	25 089 514	NORAD	Jun-24
Bee. alto Ugonha/Mujane/Nau&la" Namanjav	112 296 584	112 296 584	Fundos propios	Jun-24
ReabilitaOEio centrals Chrcamba e Mav uzi	6 329 854 392	6 044 023 907	AFD/ASDUKFW	Jun-24
Projecto pro-enutya	11 125 820 904	7 625 330 357	Fundos propios	Jun-24
Ref. e ex ten7, red@ nacional transp. mixed ORE	4 207 879 031	4 114 879 962	Nordea Bank	Apr-24
Linha da transmiss rural de VHanculos	5 432 056 739	4 423 385 908	ASDI	Jun-24
Interiinagao Mozambique-Malawi	3 636 126 487	1 850 842 457	IDA	Jun-24
Cubesteas do Belutuane	932 448 035	778 081 884	NORAD	Jun-24
Proler programs de leido eroergias renew	465 568 234	358 242 402	Fundos propios	Jun-24
Electrificaaoo rural M arnica, Sofala a Tate	222 277 045	222 277 045	Fundos propios	Jun-24
P. Alta ligotha Mocuba/Muiana late C	155 964 611	155 829 959	Fundos propios	Jun-24
Const S reabilitag. rede dist Choc as Mar	99 330 666	148 604 757	Fundos propios	Jun-24
Project) reposigao rede pas ldoi	99 330 666	99 330 666	Fundos propios	Jun-23
Est Viab. Printer1 10kv Massingai/VilancuJos	65 916 572	65 916 572	ASDI	Jun-24
P. Refonja e ex pans ao da rede nacronal	50 039 265	50 039 265	Fundos propios	Jun-24
P. Elec. alto Ligon Molocue-Muiane lote B	43 930 556	43 930 556	Fundos propios	Jun-24
Central de emergencia de Nacala 40MW	3 935 762	3 935 762	Fundos propios	Jun-24
Project) EDAP	9 021 880 200	9 021 880 200	BEI/OWN Funds/AFD/IDA/OPEC	Jun-24
E. Rural da zona norte provincia do Gaza	-	2 761 178 284	EXIM BANK	Jul-23
Reabilil centre formagSo Maputo Chimow	-	415 871 394	Fundos propios	Jul-23
Electri rural novas series distrIL (DOA)	113 955 858	113 955 858	OGE	Jun-24
Capacity building program	77 553 701	77 553 701	F undos propios	Jun-24
KPIs System in EDM	59 356 694	59 356 694	ASDI	Jun-24
Recanst rede eteebica Mocimboa ria Praia	20 566 519	20 566 519	BADEA	Jun-24
Man. especial de Paineis-DTNO-Nseals e Monap	19 942 125	19 225 093	EXM BANK	Jun-24
Confratagao insteীগao de paineis DTSU	-	658 676 184	EDM	Jul-23
Reposigaa de torres Dorado Cimentos Beira	37 277 856	37 277 856	Fundos propios	Jun-24
Repara7ao 5km linha c38 M acornia	30 660 762	30 660 762	Fundos propios	Jun-24
Elec. postas adm. em Cabo Delgado, Niatssa « Zamtezra	270 026 361	270 026 361	AFD	Jun-24
Est Viab. da bacia do Ruvue # Tsate	-	108 675 295	Fundos propios	Oct-23
5km linha c38 - fravessra do rio Messalo	53 810 311	53 810 311	Fundos propios	Jun-24
P. Reabilita7lio e refor7o redes Matala	42 735 390	42 735 390	DBSA	Jun-24
Metigazãoo da TTP Chubuto, Dzimbene	139 042 024	60 456	OFID	Jun-25
P. Linha transp. Chimu&H-Nacala fase J	9 341 571 099	8 228 095 198	Fundos propios	Apr-24
Extensao de redes de distobuzilizo	5 805 180 344	5 157 947 631	Fundos propios	Jun-24
P. Melhoramento do farnecimento de energia electric a	2 693 102 036	2 693 102 036	BADEA	Jun-24
PERIP - projecto desenv. Reab. infra energia	7 222 425 866	5 348 766 848	IDA	Apr-24
STIP	1 385 916 360	1 110 846 196	NORAD/KFW/BEI	Jun-25
Reab. emergentia) pos-Idai Mav uzi Chicambe	733 319 900	671 967 331	AFD/KFW	Aug-24
Estudos esfrategicos no sector de energia	238 939 527	228 919 355	ASDI	Jun-24
Reabilita7ao e tefotzo red@ tfe Matola	-	63 060 541	Fundos propios	Dec-23
Postas adminisrat Gaza, Mapulo a Manica	39 789 454	39 789 454	Fundos propios	Jun-24
Refrcma de procirrment da EDM	39 880 158	39 880 158	Fundos propios	Jun-24
Assistencia teenies a grandes projectos	611 111 763	541 114 133	Embaixada da Noruega	Nov -24
Eleo. postos administ e local Matibane-Alua	15 312 028	15 312 028	Gov emo de Mozambique	Dec-24
Todor. postern adminiui. do p&ris-pte;pim 1	1 272 736 024	776 911 415	GM	Dec-24
Transac7ao energetfca-modelo negdeto proj.	1 016 325	1 016 325	EDM	Dec-24
Elect Postos administ e loc alidades Lotil	1 686 368 728	1 686 368 728	Governo de Mozambique	Dec-30
Central dte gas natural de Temane	680 208 037	652 946 086	IFC/DFC/OFID/GLOBELEQ	Nov -24
Prctlecto Chibata	-	206 834 360	Fundos propios	Dec-23
Reab. & reforgo Maputo foie 1 SE 5	46 144 242	46 144 242	Fundos propios	Apr-24
Project) de extensso SE Zirnbine nova pai	96 469 264	93 035 493	Fundos propios	Jan-24
Instefl. 1600 isoladores linhas B08 e E04	16 948 042	16 948 042	Fundos propios	Apr-24
Efic. energ. lumin. publi. tecnol. baixo cons.	24 572 637	24 572 637	Fundos propios	Jun-24
Estudo de viabilidade Mav uzi II	26 105 211	26 105 211	Fundos propios	Jan-25
Project) reposigao da rede pbs Kennedy	3 733 959	3 733 959	Fundos propios	Jun-24
Elec. Vila@ front Luia Moamba - Ressano	40 311	40 311	EDM/Gigaw att/CTRG	Apr-24
Reabilitagea e reforgo SE's Lichinga, 81	-	47 252 409	ECM	Dec-23
Central termoelectr. Ciclo combinado Maputo	72 817	72 817	Fundos propios	Apr-24
Proj da linha detransm. Nampula-Angoche	21 761 714	5 817 542	Fundos propios	Jun-25
Mocambique-Zambia	270 235 538	-	Fundos propios	Jan-28
Idai raaonst linha DL Lamego Guana Guara	616 177 360	-	Fundos propios	Apr-24
Project) de refroffing (DPGW)	27 571 986	-	Fundos propios	Dec-27
Mozambique- Tanzania	81 220 376	-	Fundos propios	Dec-29
Linha 110kv Chirnuara Marrcm&u (fravessia)	51 057 304	-	Fundos propios	Jul-05
PrategSo contra er-osao linhas transp./dist	174 440 740	-	Fundos propios	Jan-25
Fornea. instalac. 2 trans. SE Maida emerge	540 646 830	-	Fundos propios	Jan-24
	77 171 070 937	68 151 801 160		

Instituto de Gestão de Participações do Estado
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2023
(valores expressos em Meticais)

- Cerca de 33.331.159 Meticais, referentes a empresa TVM, que corresponde a projectos em curso de construções de construções para a requalificação da terminal rodoviária da Beira, elaboração do projecto do Novo centro de produção TVM, a aquisição de equipamentos de plataformas estúdios visuais e equipamento de comunicação diverso. Para estes projectos encontra-se criada uma imparidade em cerca de 28.988.543 Meticais.
- Cerca de 34.616.373 Meticais, referentes a empresa DOMUS, que corresponde a diversos projectos de construção, nomeadamente, Silo Auto, Malhangalene, Parque Novo, Tenente General Oswaldo Tanzama, Munhatama e Ex- Aerodromo do Costal do Sol;
- Cerca de 1.562.302.539 Meticais, referentes a empresa PETROMOC, que corresponde a diversos projectos, nomeadamente: Aumento da capacidade do terminal costeiro de Pemba, Projecto de Massificação de Consumo de GPL em Nampula, Sistema Integrado Segurança Electrónica – Nacala, Sistema Integrado Segurança Electrónica – Matola, Estação de Serviço de Gás, projecto Aero Instalação de Mavalane, Reabilitação do Sistema de combate ao Incêndio – Matola, Reabilitação do Sistema de Incêndio – Pemba, Construção do Posto Albasine Guava Marracuene, Execução de um tanque vertical com capacidade de 500 m3 – Cuamba, Transferencia de Obedebrech na Vale e Conversão de tanques na terminal oceânica da Beira
- Cerca de 1.746.208.840 Meticais, referentes a empresa Tmcel, que corresponde a os custos da modernização da rede em curso com a aquisição de Power System, Base station e diversos equipamentos da Huawei que suportam a rede 4G LTE e 5G. Adicionalmente, inclui serviços de reabilitação e requalificação do terraço do edifício sede da Teledata

Os activos tangíveis por sector de actividade do Grupo IGEPE, a 31 de Dezembro de 2022 e 2021, apresentava-se como segue:

Sector de actividade	31/12/2023			Total
	Construções	Equipamento básico	Outros activos tangíveis	
Comunicação e Media	1 418 689 196	937 150 687	156 159 784	2 511 999 667
Energia	29 521 908 000	157 196 910 000	83 055 646 000	269 774 464 000
Financeiro	391 550 803	-	231 201 192	622 751 995
Imobiliário	64 350	537 223	36 811 726	37 413 299
Infraestruturas	30 371 122 147	566 581 193	1 321 611 682	32 259 315 022
Oil & Gas	33 464 877 698	568 944 101	14 115 330 797	48 149 152 596
Saúde	68 306 170	7 590 955	101 776 114	177 673 238
Seguros	1 392 027 800	55 109 112	86 520 263	1 533 657 175
Serviços	59 699 667	3 605 783	44 473 617	107 779 067
Tecnologia	353 280 000	8 329 545	20 363 919	381 973 464
Telecomunicações	8 993 959 986	11 099 647 999	1 527 863 021	21 621 471 007
Transportes e logística	39 777 230 109	25 025 417 229	12 269 406 092	77 072 053 429
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	145 812 715 925	195 469 823 827	112 967 164 207	454 249 703 959

Sector de actividade	31/12/2022			Total
	Construções	Equipamento básico	Outros activos tangíveis	
Comunicação e Media	1 260 481 243	1 651 596 156	81 226 650	2 993 304 049
Energia	28 835 856 000	156 176 304 000	76 005 662 425	261 017 822 425
Financeiro	400 941 842	-	158 921 376	559 863 217
Imobiliário	65 920	805 457	37 428 466	38 299 843
Infraestruturas	29 818 507 052	663 480 987	1 229 244 991	31 711 233 030
Oil & Gas	8 150 566 968	570 277 976	14 907 355 892	23 628 200 836
Saúde	167 336 111	21 475 853	67 512 431	256 324 395
Seguros	1 435 040 441	49 357 043	122 820 254	1 607 217 739
Serviços	60 983 897	-	12 425 802	73 409 700
Tecnologia	362 112 000	5 447 025	3 689 654	371 248 679
Telecomunicações	9 549 518 354	7 144 230 710	2 965 792 299	19 659 541 363
Transportes e logística	16 877 136 958	18 415 430 854	14 224 842 738	49 517 410 550
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	96 918 546 786	184 698 406 061	109 816 922 979	391 433 875 827

Instituto de Gestão de Participações do Estado
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2023
(valores expressos em Meticais)

5. Activos tangíveis de investimentos

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de activos tangíveis de investimento decompõe-se conforme indicado no quadro abaixo:

	31/12/2023		
	Terrenos	Edifícios	Total
Activos tangíveis de investimento - custo			
Saldo em 1 de Janeiro de 2023	16 364 976 735	12 463 940 251	28 828 916 986
Aquisições	-	456 294 960	456 294 960
Alienações, abates e transferências	148 373	149 149 271	149 297 644
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	16 365 125 108	13 069 384 482	29 434 509 590
Activos tangíveis de investimento - amortizações e imparidades			
Saldo em 1 de Janeiro de 2023	13 489 016 560	1 640 698 246	15 129 714 806
Depreciações do exercício	394 636 762	21 275 990	415 912 752
Alienações, abates e transferências	11 089 364	74 990	11 164 354
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	13 894 742 686	1 662 049 226	15 556 791 912
Valor líquido	2 470 382 422	11 407 335 256	13 877 717 678
	31/12/2022		
	Terrenos	Edifícios	Total
Activos tangíveis de investimento - custo			
Saldo em 1 de Janeiro de 2022	16 365 223 000	12 315 906 716	28 681 129 716
Aquisições	89 210	163 876 491	163 965 701
Alienações, abates e transferências	(335 475)	(92 930 781)	(93 266 256)
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	16 364 976 735	12 386 852 425	28 751 829 160
Activos tangíveis de investimento - amortizações e imparidades			
Saldo em 1 de Janeiro de 2022	13 106 488 055	1 734 261 101	14 840 749 156
Depreciações do exercício	382 528 505	644 166	383 172 671
Alienações, abates e transferências	-	(92 371 769)	(92 371 769)
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	13 489 016 560	1 642 533 498	15 131 550 058
Valor líquido	2 875 960 175	10 744 318 927	13 620 279 102

A rubrica dos activos tangíveis de investimento inclui, essencialmente:

- Cerca de 2.524.731.427, referente a empresa CFM (2.470.628.428 em edifícios e construções e 54.103.180 em equipamento básico), correspondente a edifícios com o objecto de gerar rendas, que dizem respeito a bens alugados a terceiros, como a Sociedade de Desenvolvimento do Porto de Maputo (MPDC), no âmbito das concessões ao MPDC, Terminal de Cabotagem de Maputo, Cornelder de Moçambique, Corredor de Desenvolvimento do Norte e Sociedades Terminais de Moçambique, entre outros imóveis.
- Cerca de 2.299.589.234 Meticais, referente a empresa ENH em edifícios, que corresponde aos seguintes Edifícios: Edifício sede, Complexo Bimbi, Palma, JAT V e Tanques subterrâneos.
- Cerca de 278.128.321 Meticais, referente a empresa PETROMOC em edifícios, que corresponde a Incorporação das Ex Instalações da Construtora Regional Sul (mais conhecido como edifício Petroauto) como um activo tangível de investimento. A classificação como activo tangível de investimento foi feita em 2014 por decisão da administração da empresa uma vez que a recuperação da quantia registada é feita por débito de rendas em contractos de locação. Em 31 de Dezembro o imóvel encontrava-se arrendado a SGS, Auto Sueco e Petrogás.

Estes activos geraram rendimentos fixos e variáveis que estão apresentados na Nota 29.

Instituto de Gestão de Participações do Estado
 Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2023
 (valores expressos em Meticais)

6. Goodwill

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, o goodwill decompõe-se conforme indicado no quadro abaixo:

	31/12/2023			Total
	Custo	Amortização	Imparidade	
Goodwill				
Petrogas, S.A.	46 276 789	-	-	46 276 789
Petrobeira	1 192 896	-	-	1 192 896
Autogás	26 338 400	-	-	26 338 400
Maputo Office Park	20 789 883	-	(20 789 883)	-
Infarma	133 070 848	-	(16 499 744)	116 571 104
	227 668 816	-	(37 289 627)	190 379 189

	31/12/2022			Total
	Custo	Amortização	Imparidade	
Goodwill				
Petrogas, S.A.	46 276 789	-	-	46 276 789
Petrobeira	1 192 896	-	-	1 192 896
Autogás	26 338 400	-	-	26 338 400
Maputo Office Park	20 789 883	-	(20 789 883)	-
	94 597 968	-	(20 789 883)	73 808 085

O movimento da imparidade do goodwill apresenta-se conforme indicado no quadro abaixo:

	Saldo inicial	31/12/2023		Saldo final
		Concentrações no período	Imparidades do período	
Movimento ocorrido no Goodwill				
Petrogas, S.A.	46 276 789	-	-	46 276 789
Petrobeira	1 192 896	-	-	1 192 896
Autogás	26 338 400	-	-	26 338 400
Maputo Office Park	20 789 883	-	(20 789 883)	-
Infarma	-	133 070 848	(16 499 744)	116 571 104
	94 597 968	133 070 848	(37 289 627)	190 379 189

7. Activos intangíveis

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de activos intangíveis decompõe-se conforme indicado no quadro abaixo:

	31/12/2023				Total
	Despesas de desenvolvimento	Propriedade Industrial e outros direitos	Software	Activos intangíveis em curso	
Activos intangíveis - custo					
Saldo em 1 de Janeiro d	18 714 749	6 155 674 958	952 420 074	218 827 997 222	225 954 807 004
Entradas no perímetro	-	-	66 950 989	-	66 950 989
Aquisições	213 900	6 707 898	37 799 367	28 096 425 884	28 141 147 049
Alienações, abates e tra	(402 440)	(257 949 762)	5 012 275	(42 677 704 352)	(42 931 044 279)
Diferenças cambiais	-	(8 643 487)	(1 450)	69 825 422	61 180 485
Saldo em 31 de Dezemb	18 526 209	5 895 789 608	1 062 181 256	204 316 544 176	211 293 041 248
Activos intangíveis - amortizações e Imparidades					
Saldo em 1 de Janeiro d	(27 656 491)	(4 359 444 909)	(790 101 403)	(30 874 172)	(5 208 076 975)
Entradas no perímetro	-	-	(9 973 519)	-	(9 973 519)
Depreciações do exercíc	(703 209)	(192 528 579)	(50 679 238)	(1 245 455 411)	(1 489 366 437)
Imparidades	-	(354 768)	544 911	30 874 174	31 064 317
Alienações, abates e tra	10 905 682	34 691 129	(10 102 194)	(237 698)	35 256 919
Saldo em 31 de Dezemb	(17 454 018)	(4 517 637 128)	(860 311 443)	(1 245 693 107)	(6 641 095 695)
Valor líquido	1 072 191	1 378 152 480	201 869 813	203 070 851 069	204 651 945 553

Instituto de Gestão de Participações do Estado
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2023
(valores expressos em Meticais)

	31/12/2022				
	Despesas de desenvolvimento	Propriedade industrial e outros direitos	Software	Activos intangíveis em curso	Total
Activos intangíveis - custo					
Saldo em 1 de Janeiro de 2022					
Aquisições	17 024 570	5 902 896 551	954 715 858	188 841 715 765	195 716 352 743
Alienações, abates e transferências	1 690 180	252 009 036	20 748 873	29 904 257 764	30 178 705 852
Diferenças cambiais	-	-	(17 920 238)	-	(17 920 238)
Saldo em 31 de Dezembro de 2022		769 373	(4 877 458)	82 099 743	77 991 658
	18 714 750	6 155 674 960	952 667 035	218 828 073 272	225 955 130 016
Activos intangíveis - amortizações e imparidades					
Saldo em 1 de Janeiro de 2022					
Depreciações do exercício	15 796 269	4 168 407 886	721 294 964	30 874 172	4 936 373 292
Alienações, abates e transferências	10 948 697	194 385 919	92 513 701	-	297 848 317
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	911 525	(3 348 896)	(23 686 684)	-	(26 124 055)
Valor líquido	27 656 491	4 359 444 909	790 121 981	30 874 172	5 208 097 554
	(8 941 742)	1 796 230 050	162 545 053	218 797 199 100	220 747 032 462

A rubrica de propriedade industrial inclui, essencialmente, o seguinte:

- Licenças de telecomunicações. O direito de utilização dos espectros nas faixas de 800Mhz concedido pelo Instituto das Comunicações de Moçambique através do leilão e pela Afritel através da transmissão de licenças;
- Direitos de concessão. Direitos de concessão da Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) de explorar e produzir gás natural nos campos de Pande e Temane. Este direito expira em 2033.

A rubrica de activos intangíveis em curso inclui investimentos feitos na fase de pesquisa da Área 4, onde a ENH tem um interesse participativo de 10%. Os investimentos nesta área ascenderam a USD 654.489.424 e USD 1.195.472.587, equivalentes a 76.354.834.132 Meticais à data de 31 de Dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. No ano corrente, estes activos não incluem capital, juros e diferenças cambiais. Os investimentos correspondentes ao interesse participativo da ENH foram financiados pelos parceiros da Área 4 (Mozambique Rovuma Venture, Galp Energia Rovuma B.V. e Korea Gas Corporation).

O financiamento dos activos de exploração de recursos naturais da Área 1 corresponde a um montante de USD 2.535.213.535 equivalentes a 162.000.144.867 Meticais, e USD 2.223.665.099 equivalentes a 142.025.489.873 que inclui capital, juros e diferenças cambiais e representa todas os custos incorridos até 31 de Dezembro de 2023 e 2022, respectivamente.

8. Investimentos em associadas

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 a rubrica de investimentos em associadas decompõe-se conforme indicado no quadro abaixo:

	Período	
	31-12-2023	31-12-2022
Investimentos mensurados pelo método da equivalência patrimonial		
Em subsidiárias		
Em associadas	295 063 944	76 537 819
	34 367 963 170	29 461 185 945
Imparidades		
Em subsidiárias		
Em associadas	(5 670 000)	(5 669 999)
Em entidades conjuntamente controladas	(611 974 205)	(595 426 460)
	(2 564 604)	(2 564 604)
	(620 208 809)	(603 661 063)
	34 042 818 305	28 934 062 701

Estão incluídos nesta rubrica os investimentos em subsidiárias que não foram incluídos no perímetro de consolidação (ver Nota 3).

Instituto de Gestão de Participações do Estado
 Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2023
 (valores expressos em Meticais)

Os investimentos em subsidiárias e associadas mais significativos discriminam-se como segue:

Entidade	31-12-2023	31-12-2022
Associadas		
Maputo Port Development Company	6 868 144 223	5 264 641 941
Coornelder Moçambique	3 232 268 915	2 340 496 797
ROMPCO	10 805 339 112	9 883 162 571
Motraco, S.A.	1 656 973 000	1 654 799 773
DP World Maputo S.A.	2 471 350 890	2 219 560 147
Empresa de Dragagem do Porto de Maputo	1 392 299 106	1 284 359 788
Sociedade de Desenvolvimento do Corredor de Maputo, S.A.	664 694 368	348 426 666
Matola Gas Company, S.A.	554 523 943	632 388 868
Empresa Moçambicana de Exploração Mineira, S.A.	525 000 000	525 000 000
Tv Cabo	297 502 160	652 826 433
CTRG	2 648 020 000	2 038 775 229
INFARMA	516 293 512	-
Petrobeira	290 841 220	230 796 982
LIA - Limpopo Industrias Alimentares, S.A.	14 640 000	14 640 000
Petromoc Bunkering Limitada	134 408 000	134 408 000
Petromoc&Sasol	1 048 815 395	1 065 282 969
Transcom, S.A.	17 400 242	17 400 240
Inpetro	71 511 376	100 854 410
Televisa	102 439 559	191 195 505
Portos do Norte S.A.	64 480 991	40 012 830
Emeritus (ZIMRE)	122 239 277	44 015 711
ENH Khogas	334 882 884	419 947 893
Outras associadas	828 958 941	434 731 011
	34 663 027 114	29 537 723 765

Estes investimentos estão mensurados de acordo com o método da equivalência patrimonial.

Os movimentos nas imparidades foram os seguintes:

	Saldo inicial	Imparidade do período	31/12/2023 Reversão de imparidade no período	Utilizações do período	Saldo final
Movimento nas Imparidades					
CAIC - Complexo Agro-Industrial de Chokwe	350 000	-	-	-	350 000
SMI - Sociedade de Manutenção Imobiliária	5 320 000	-	-	-	5 320 000
	5 670 000	-	-	-	5 670 000
Autogás	2 564 604	-	-	-	2 564 604
Empresa Moçambicana de Exploração Mineira, S.A.	525 000 000	-	-	-	525 000 000
Carteira Móvel	37 500 000	-	-	-	37 500 000
Mozaico de Indigo	27 826 460	-	-	-	27 826 460
EMATUM	5 100 000	-	-	-	5 100 000
Emeritus (ZIMRE)	-	13 200 000	-	-	13 200 000
Sociedade para o Desenvolvimento da Gestão, Lda.	-	334 731	-	-	334 731
Graphic	-	3 013 014	-	-	3 013 014
	597 991 063	16 547 745	-	-	614 538 809

	Saldo inicial	Imparidade do período	31/12/2022 Reversão de imparidade no período	Utilizações do período	Saldo final
Movimento nas Imparidades					
CAIC - Complexo Agro-Industrial de Chokwe	350 000	-	-	-	350 000
SMI - Sociedade de Manutenção Imobiliária	5 320 000	-	-	-	5 320 000
	5 670 000	-	-	-	5 670 000
Autogás	2 564 604	-	-	-	2 564 604
Empresa Moçambicana de Exploração Mineira, S.A.	525 000 000	-	-	-	525 000 000
Carteira Móvel	37 500 000	-	-	-	37 500 000
Mozaico de Indigo	27 826 460	-	-	-	27 826 460
EMATUM	5 100 000	-	-	-	5 100 000
	603 661 063	-	-	-	603 661 063

Instituto de Gestão de Participações do Estado
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2023
(valores expressos em Meticais)

9. Outros activos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de outros activos financeiros decompõe-se conforme indicado no quadro abaixo:

	Período	
	31-12-2023	31-12-2022
Outros investimentos financeiros	2 650 073 137	1 209 450 285
Imparidade - Outros investimentos financeiros	(75 938 505)	(99 823 391)
	2 574 134 632	1 109 626 894
Investimentos detidos até à maturidade	3 349 128 464	750 803 932
Imparidade - Investimentos detidos até à maturidade	-	-
	3 349 128 464	750 803 932
	5 923 263 096	1 860 430 826

Os outros investimentos financeiros detalham-se como segue:

Entidade	31-12-2023	31-12-2022
Outros Investimentos financeiros		
Coca-Cola		
Portugal Telecom	64 323 300	64 323 300
Rascom	38 899 230	38 899 230
West Indian Ocean Company (WIOCC)	32 670 166	32 670 166
Cervejas de Moçambique, S.A	26 505 000	26 505 000
Investimento de capital - Mphanda Nkhua	108 637 100	135 801 962
Outros investimentos financeiros	760 242 000	-
	1 618 796 341	911 250 626
	2 650 073 137	1 209 450 284

Os outros investimentos não discriminados respeitam maioritariamente a investimentos diversos detidos pelo BNI.

Os investimentos financeiros detidos até à maturidade detalham-se como segue:

Entidade	31-12-2023	31-12-2022
Investimentos detidos até à maturidade		
Obrigações Bayport 2019 1.ª série		
Obrigações de Tesouro 2021 - 7.ª série	21 814 800	21 814 800
Obrigações Bayport 2021 - 1.ª série	125 385 311	49 750 995
Obrigações Bayport 2021 - 1.ª série	51 975 900	51 975 900
Obrigações Bayport 2021 - 3.ª série	25 745 400	25 745 400
Obrigações Bayport 2021 - 3.ª série	22 270 000	22 270 000
Obrigações de Tesouro 2021 - 2.ª série	44 250 500	44 250 500
Obrigações de Tesouro 2022 - 5.ª série	100 000 000	100 000 000
Obrigações de Tesouro 2022 - 7.ª série	100 000 000	100 000 000
Obrigações de Tesouro 2021 - B.ª série	71 496 300	235 496 337
Bilhetes do Tesouro - Banco BIC	-	99 500 000
Bilhete de Tesouro-365D - BCI	463 731 261	-
Bilhete de Tesouro-72D - ABSA	400 167 000	-
Bilhete de Tesouro-91D - ABSA	398 967 000	-
Bilhete de Tesouro-91D - Banco BIG	937 326 000	-
Bilhete de Tesouro-91D - BCI	249 725 000	-
Obrigações Bayport 2023 - 1.ª série	125 329 000	-
Obrigações de Tesouro 2023 - 3.ª série	30 000 000	-
Bilhetes de Tesouro do Banco NedBank	28 766 745	-
	152 178 245	-
	3 349 128 462	750 803 932

Estes investimentos incluem aplicações de curto prazo em instituições financeiras (Operações do Mercado Monetário Interbancário e Reverse Repo).

Os investimentos detidos até a maturidade compreendem, entre outros:

- Obrigações de Tesouro 2021 - 7ª série - foram adquiridas pelo prazo de 5 anos, tendo o seu vencimento em 09 de Agosto de 2026 e rende juros a uma taxa anual fixa de 14,25%. Os juros são pagos trimestralmente sendo que o capital será reembolsado de uma só vez na data de vencimento.
- Obrigações Bayport 2021 - 1ª série - foram adquiridas pelo prazo de 5 anos, tendo o seu vencimento em 21 de Maio de 2026 e rende juros a uma taxa anual fixa para o Primeiro cupão de 18%. A taxa de juro anual nominal aplicável ao Segundo cupão e seguintes, será variável e igual às taxas de juro médias ponderadas das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro com maturidade acima de 90 dias ("Indexante"), conforme publicado pelo Banco de Moçambique. Os juros são pagos semestralmente sendo que o capital será reembolsado de uma só vez na data de vencimento.

- Obrigações Bayport 2021 – 1ª série - foram adquiridas pelo prazo de 5 anos, tendo o seu vencimento em 21 de Maio de 2026 e rende juros a uma taxa anual fixa para o Primeiro cupão de 18%. A taxa de juro anual nominal aplicável ao Segundo cupão e seguintes, será variável e igual às taxas de juro médias ponderadas das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro com maturidade acima de 90 dias ("Indexante"), conforme publicado pelo Banco de Moçambique. Os juros são pagos semestralmente sendo que o capital será reembolsado de uma só vez na data de vencimento.
- Obrigações Bayport 2021 - 3ª série - foram adquiridos pelo prazo de 5 anos, tendo o seu vencimento em 27 de Julho de 2025 e rende juros a uma taxa anual fixa para o Primeiro cupão de 18%. A taxa de juro anual nominal aplicável ao Segundo cupão e seguintes, será variável e igual à média das taxas de juro médias ponderadas das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro com maturidade acima de 360 dias ("Indexante"), conforme publicado pelo Banco de Moçambique, acrescida de uma margem. Os juros são pagos semestralmente sendo que o capital será reembolsado de uma só vez na data de vencimento.
- Obrigações Bayport 2021 - 3ª série - foram adquiridos pelo prazo de 5 anos, tendo o seu vencimento em 27 de Julho de 2025 e rende juros a uma taxa anual fixa para o Primeiro cupão de 18%. A taxa de juro anual nominal aplicável ao Segundo cupão e seguintes, será variável e igual à média das taxas de juro médias ponderadas das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro com maturidade acima de 360 dias ("Indexante"), conforme publicado pelo Banco de Moçambique, acrescida de uma margem. Os juros são pagos semestralmente sendo que o capital será reembolsado de uma só vez na data de vencimento.
- Obrigações de Tesouro 2021 - 2ª série - foram adquiridos pelo prazo de 5 anos, tendo o seu vencimento em 24 de Fevereiro de 2026 e rende juros a uma taxa anual fixa de 13% durante os primeiros 2 pagamentos e variável nos 8 últimos pagamentos. Os juros são pagos semestralmente sendo que o capital será reembolsado de uma só vez na data de vencimento.
- Obrigações Bayport 2019 – 1ª série, adquiridas pelo prazo de 5 anos, tendo o seu vencimento em 12 de Abril de 2024, e rende juros a uma taxa anual fixa de 20%. Os juros são pagos semestralmente sendo que o capital será reembolsado, de uma só vez, na data de vencimento.
- Obrigações de Tesouro 2022 - 5ª série - foram adquiridas pelo prazo de 3 anos, tendo o seu vencimento em 11 de Maio de 2025 e rende juros a uma taxa anual fixa de 17%. Os juros são pagos semestralmente sendo que o capital será reembolsado de uma só vez na data de vencimento.
- Obrigações de Tesouro 2022 - 7ª série - foram adquiridas pelo prazo de 4 anos, tendo o seu vencimento em 10 de Agosto de 2026 e rende juros a uma taxa Anual de 17.75%. Os juros são pagos semestralmente sendo que o capital será reembolsado de uma só vez na data de vencimento.
- Obrigações - Bayport 2023 – 1ª série - foram adquiridas pelo prazo de 5 anos, tendo o seu vencimento em 28 de Março de 2028 e rende juros a uma taxa anual fixa de 23.25%. Os juros são pagos semestralmente sendo que o capital será reembolsado de uma só vez na data de vencimento.
- Obrigações de tesouro 2021 – 7ª série - foram adquiridas pelo prazo de 3 anos, tendo o seu vencimento em 8 de Setembro de 2026 e rende juros a uma taxa de 18.625%. Os juros são pagos semestralmente sendo que o capital será reembolsado de uma só vez na data de vencimento.
- Obrigações de tesouro 2023 – 3ª série - foram adquiridas pelo prazo de 5 anos, tendo o seu vencimento em 12 de Abril de 2028 e rende juros a uma taxa de 19%. Os juros são pagos semestralmente sendo que o capital será reembolsado de uma só vez na data de vencimento.
- Bilhetes de tesouro (Banco BiG) - foram adquiridos pelo prazo de 182 dias, tendo o seu vencimento em 15 de Maio de 2024 e rende juros a uma taxa de 18.10%.
- Bilhetes de tesouro (Banco BiG) – foram adquiridos pelo prazo de 85 dias, tendo o seu vencimento em 20 de Março de 2024 e rende juros a uma taxa de 18.18%.
- Bilhetes de tesouro (Banco NEDBANK) - foram adquiridos pelo prazo de 90 dias, tendo o seu vencimento em 20 de Março de 2024 e rende juros a uma taxa de 18.18%.

Instituto de Gestão de Participações do Estado
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2023
(valores expressos em Meticais)

10. Activos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de activos financeiros disponíveis para venda decompõe-se conforme indicado no quadro abaixo:

	Período	
	31-12-2023	31-12-2022
Outros investimentos disponíveis para venda	4 276 107 081	3 881 677 912
Imparidade - Outros investimentos disponíveis para venda	(233 317 002)	(269 560 145)
	4 042 790 079	3 612 117 767

Os outros investimentos disponíveis para venda incluem:

Entidade	Período	
	31-12-2023	31-12-2022
Investimentos detidos para venda		
Nosso Banco	222 961 919	222 961 919
Central Solar de Metoro, S.A	33 199 291	33 199 765
Coral FNLG, S.A.	10 233 521	10 228 717
Rovuma LNG, S.A.	319 500	319 350
Outros investimentos detidos para venda	27 525 404	17 479 374
	294 239 635	284 189 125
Investimentos disponíveis para venda		
Banco Internacional de Moçambique	1 529 753 682	1 510 341 525
Obrigações do tesouro	632 411 130	641 827 967
Outros títulos	504 161 090	479 064 281
Banco BIG, S.A	253 492 891	284 774 830
Empresas privadas	349 874 676	266 827 926
Tropigália, S.A.	206 875 648	221 763 306
Zep- Re (Companhia de Resseguros PTA)	113 278 888	113 278 888
Bilhetes do tesouro	371 947 392	61 511 410
Outros investimentos disponíveis para venda	20 072 049	18 098 663
	3 981 867 446	3 597 488 796
	4 276 107 081	3 881 677 921

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem, entre outros, obrigações de tesouro, obrigações corporativas, nomeadamente:

- Obrigações do Tesouro 2020 (3ª Série), que consistiam em 4,110,000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 11 de Março de 2020, tinham prazo de maturidade de 3 anos e venceram em Março de 2023. Estes títulos ofereciam uma taxa de juros remuneratória semestral de 12% para os dois primeiros cupões, seguidos por uma taxa variável nos quatro últimos cupões. A variação desta taxa estava indexada à média ponderada das taxas de juros das últimas seis emissões de Bilhetes do Tesouro com prazo superior a 63 dias, acrescida de um spread de 1.5%.
- Obrigações do Tesouro 2020 (4ª Série) representativas de 100,000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 25 de Março de 2020, com uma maturidade de 4 anos, apresentando um justo valor de MT 105.61 cada, à data de relato. Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual de 12% para os primeiros dois cupões e variável para os últimos quatro cupões indexados à taxa de juro média ponderada das últimas seis emissões de
- Bilhetes do Tesouro (com prazo superior a 63 dias), acrescida de spread de 1.5%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade.
- Obrigações do Tesouro 2020 (9ª Série), eram compostos por 139,114 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 09 de Setembro de 2020, tinham prazo de maturidade de 3 anos e venceram em Setembro de 2023. Os títulos apresentavam uma remuneração base semestral à taxa anual de 10% para os primeiros dois cupões e variável para os últimos quatro cupões. Esta taxa variável estava vinculada à média ponderada das últimas seis emissões de Bilhetes do Tesouro (com prazo superior a 63 dias), com um acréscimo de spread de 1.5%.
- Obrigações do Tesouro 2020 (10ª Série) representativas de 435,664 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 07 de Outubro de 2020, com uma maturidade de 6 anos, apresentando um justo valor de MT 105.25 cada, à data de relato. Os juros são pagos semestralmente a uma taxa anual de 10% para os dois primeiros cupões e de forma variável para os quatro últimos cupões. Esta variação está atrelada à taxa de juro média ponderada das últimas seis emissões de Bilhetes do Tesouro com prazo superior a 63 dias, acrescida de um spread de 1.5%. O reembolso do capital será feito integralmente na data de vencimento.

- Obrigações do Tesouro 2021 (3ª Série) representativas de 50,000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 22 de Setembro de 2021, com uma maturidade de 4 anos, apresentando um justo valor de MT 100.46 cada, à data de relato. Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual variável correspondente a MIMO adicionado ao spread negativo de 1.5%, mas nunca abaixo de 10.00%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade.
- Obrigações do Tesouro 2021 (6ª Série) representativas de 100,000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 21 de Julho de 2021, com uma maturidade de 4 anos, apresentando um justo valor de MT 111,78 cada, à data de relato. Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual de 14.25% para os primeiros dois cupões e variável para os últimos dez cupões indexados à taxa de juro média ponderada das últimas seis emissões de Bilhetes do Tesouro (com prazo superior a 63 dias), acrescida de spread de 0.75%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade.
- Obrigações do Tesouro 2021 (8ª Série) representativas de 100,000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 22 de Setembro de 2021, com uma maturidade de 4 anos, apresentando um justo valor de MT 106,95 cada, à data de relato. Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual de 14.00% para os primeiros dois cupões e variável para os últimos dez cupões indexados à taxa de juro média ponderada das últimas seis emissões de Bilhetes do Tesouro (com prazo superior a 63 dias), acrescida de spread de 0.75%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade.
- Obrigações do Tesouro 2021 (9ª Série), consistiam em 300,000 títulos, com valor nominal de MT 100 cada, emitidos em 09 de Novembro de 2021, com prazo de maturidade de 2 anos, tendo vencido em Novembro de 2023. Estes títulos ofereciam uma remuneração base semestral à taxa anual de 14.00% para os dois primeiros cupões e uma taxa variável para os últimos dez cupões. Essa taxa variável estava vinculada à taxa de juro média ponderada das últimas seis emissões de Bilhetes do Tesouro, com prazo superior a 63 dias, acrescida de um spread de 0.25%.
- Obrigações do Tesouro 2022 (3ª Série) representativas de 100,000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 09 de Março de 2022, com uma maturidade de 8 anos, apresentando um justo valor de MT 114.78 cada, à data de relato. Os juros são pagos semestralmente a uma taxa anual de 15.25% para os dois primeiros cupões e de forma variável para os quatro últimos cupões. Esta taxa variável está vinculada à taxa de juro média ponderada das últimas seis emissões de Bilhetes do Tesouro, com prazo superior a 63 dias, acrescida de um spread de 1.75%. O reembolso do capital será feito integralmente na data de vencimento.
- Obrigações do Tesouro 2022 (5ª Série) representativas de 250,000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 11 de Maio de 2022, com uma maturidade de 3 anos, apresentando um justo valor de MT 102,10 cada, à data de relato. Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual de 17.00%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade.
- Obrigações do Tesouro 2022 (6ª Série) representativas de 260,000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 08 de Junho de 2022, com uma maturidade de 4 anos, apresentando um justo valor de MT 100.74 cada, à data de relato. Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual de 17.00%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade.
- Obrigações do Tesouro 2022 (7ª Série) representativas de 118,005 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 10 de Agosto de 2022, com uma maturidade de 4 anos, apresentando um justo valor de MT 157.55 cada, à data de relato. Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual de 17.75%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade.
- Obrigações do Tesouro 2022 (8ª Série) representativas de 100,000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 08 de Setembro de 2022, com uma maturidade de 3 anos, apresentando um justo valor de MT 106.00 cada, à data de relato. Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual de 17.625%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade.
- Obrigações do Tesouro 2022 (10ª Série) representativas de 1,943,628 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 23 de Novembro de 2022, com uma maturidade de 4 anos, apresentando um justo valor de MT 105.99 cada, à data de relato. Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual de 19.00%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade.
- Obrigações do Tesouro 2023 (1ª Série) representativas de 150,000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 02 de Outubro de 2023, com uma maturidade de 5 anos, apresentando um justo valor de MT 111,55 cada, à data de relato. Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual de 14.00%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade.

- Obrigações do Tesouro 2023 (4ª Série) representativas de 235,500 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 10 de Maio de 2023, com uma maturidade de 5 anos, apresentando um justo valor de MT 108.10 cada, à data de relato. Os juros são pagos semestralmente a uma taxa anual de 19.00% para os quatro primeiros cupões e de forma variável para os seis últimos cupões. Esta taxa variável está vinculada à taxa de juro média ponderada das últimas seis emissões de Bilhetes do Tesouro, com prazo superior a 63 dias, acrescida de um spread de 0.75%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade.
- Obrigações do Tesouro 2023 (8ª Série) representativas de 100,000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 20 de Setembro de 2023, com uma maturidade de 10 anos, apresentando um justo valor de MT 98.87 cada, à data de relato. Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual de 16.00%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade.

Os Bilhetes do Tesouro têm um valor total de 371.947.392 Meticais e são remuneráveis à taxa de juro média anual de 18.12%. O juro e o capital serão pagos na maturidade dos títulos.

Os investimentos em títulos de empresas privadas são constituídos pelos seguintes instrumentos de dívida:

- Obrigações Corporativas Bayport 2021 (1ª Série) representativas de 82,087.12 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 21 de Maio de 2021 com uma maturidade de 5 anos. Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual fixa de 18.00% para o primeiro cupão e variável para os restantes cupões indexados à taxa de juro média ponderada das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro com maturidade acima de 90 dias, acrescida de uma margem de 4.50%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade. À data de relato os títulos apresentam justo valor de 107.13 cada.
- Obrigações Corporativas Bayport 2021 (2ª Série) representativas de 67,913 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 26 de Julho de 2021 com uma maturidade de 5 anos. Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual fixa de 18.00% para o primeiro cupão e variável para os restantes cupões indexados à taxa de juro média ponderada das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro com maturidade acima de 360 dias, acrescida de uma margem de 4.50%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade. À data de relato os títulos apresentam justo valor de 115.90 cada.
- Papel Comercial MYBUCKS 2022 (1ª Série), que consistiam em 2,500,000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidos em 29 de Junho de 2022, pelo prazo de maturidade de 1 ano, tendo vencido em Junho de 2023. Os títulos remuneravam juros numa base semestral a uma taxa anual fixa de 18.90%.
- Papel Comercial MYBUCKS 2023 (1ª Série) representativo de 2,500,000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidos em 29 de Julho de 2023, por 1 ano. Os juros são pagos numa base semestral a uma taxa anual de 20.00% fixa durante a sua maturidade. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade. À data de relato os títulos apresentam justo valor de MT 110.30 cada.
- Obrigações Corporativas Letshego 2023 (2ª Série), representativas de 500,000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 11 de Agosto de 2023, pelo prazo de maturidade de 4 anos. Estes títulos oferecem uma taxa de juros remuneratória semestral de 22.5% para os dois primeiros cupões, seguidos por uma taxa variável nos seis últimos cupões. A variação desta taxa estava indexada à média ponderada das taxas de juro médias das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro com maturidade acima de 90 dias, acrescida de um spread de 4,5%. À data de relato os títulos apresentam justo valor de MT 113.55 cada.
- Participação financeira não qualificada no capital social do TDB no valor de USD 5.513.715, representativo de 888 acções de classe B, equivalente a uma quota de participação de 0.5% à data de subscrição.
- Participação no capital social da Sociedade Interbancária de Moçambique (SIMO) em 0,5% correspondente a MT 6.327.464,57 Meticais, representativo de 63.275 acções.

Instituto de Gestão de Participações do Estado
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2023
(valores expressos em Meticais)

11. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de inventários decompõe-se conforme indicado no quadro abaixo:

	Em armazém	Em trânsito	Em poder de terceiros	31/12/2022			
				Subtotal	Regularizações	Ajustamentos	Saldo final
Inventários							
Mercadorias	3 009 614 097	2 898 100	30 964	3 012 543 161	-	(334 782 559)	2 677 760 602
Produtos acabados e intermédios	48 778 697	-	-	48 778 697	-	-	48 778 697
Matérias primas, auxiliares e materiais	11 874 134 727	-	-	11 874 134 727	-	(110 980 192)	11 763 154 535
	14 932 527 521	2 898 100	30 964	14 935 456 585	-	(445 762 751)	14 489 693 834

	Em armazém	Em trânsito	Em poder de terceiros	31/12/2022			
				Subtotal	Regularizações	Ajustamentos	Saldo final
Inventários							
Mercadorias	4 388 131 327	10 976 472	-	4 399 107 799	-	(324 441 517)	4 074 666 281
Produtos acabados e intermédios	51 358 139	-	-	51 358 139	-	-	51 358 139
Matérias primas, auxiliares e materiais	9 153 277 692	-	-	9 153 277 692	18 364	(180 719 899)	8 972 576 157
	13 592 767 157	10 976 472	-	13 603 743 629	18 364	(505 161 416)	13 098 600 577

As mercadorias incluem combustíveis, medicamentos, recargas, cartões iniciais, entre outros.

A rubrica de Matérias-primas, auxiliares e materiais inclui material eléctrico, material mecânico, material de construção, peças, sobressalentes, combustíveis, lubrificantes, entre outros.

Os movimentos nos ajustamentos de inventários Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, apresentam-se como segue:

	31/12/2023			
	Saldo inicial	Ajustamentos do período	Reversão de ajustamentos no período	Saldo final
Movimento nos ajustamentos de inventários				
Mercadorias	324 441 517	20 189 334	(9 848 293)	334 782 558
Matérias primas, auxiliares e materiais	180 719 899	-	(69 739 706)	110 980 193
	505 161 416	20 189 334	(79 587 999)	445 762 751

	31/12/2022				
	Saldo inicial	Ajustamentos do período	Reversão de ajustamentos no período	Utilizações do período	Saldo final
Movimento nos ajustamentos de inventários					
Mercadorias	265 204 766	59 236 751	-	-	324 441 517
Matérias primas, auxiliares e materiais	88 587 497	92 132 402	-	-	180 719 899
	353 792 263	151 369 154	-	-	505 161 416

O movimento do custo dos inventários vendidos ou consumidos Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, apresenta-se como segue:

	31/12/2022			
	Saldo inicial	Compras	Saldo final	Custo dos inventários
Custo dos inventários vendidos ou consumidos				
Mercadorias	4 399 107 799	33 295 923 472	(3 012 543 161)	34 682 488 109
Matérias primas, auxiliares e materiais	9 153 277 692	35 837 133 005	(11 874 134 727)	33 116 275 970
	13 552 385 491	69 133 056 477	(14 886 677 888)	67 798 764 079

	31/12/2022			
	Saldo inicial	Compras	Saldo final	Custo dos inventários
Custo dos inventários vendidos ou consumidos				
Mercadorias	2 212 819 140	34 551 807 645	(4 399 107 799)	32 365 518 987
Matérias primas, auxiliares e materiais	8 198 258 227	33 801 605 839	(9 153 277 692)	32 846 586 373
	10 411 077 367	68 353 413 484	(13 552 385 491)	65 212 105 360

Instituto de Gestão de Participações do Estado
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2023
(valores expressos em Meticais)

13. Outros activos correntes

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de outros activos correntes decompõe-se conforme indicado no quadro abaixo:

	Período	
	31-12-2023	31-12-2022 Reexpresso
Outros activos correntes		
Adiantamentos a fornecedores		
Estado e outros organismos públicos	3 251 295 182	7 255 223 914
IRPC a recuperar	810 773 206	2 191 801 936
Pagamentos por conta	426 580 013	240 973 917
Pagamento especial por conta	1 716 753	138 066 004
IVA a recuperar	13 234 115 582	11 300 686 800
IVA reembolsos pedidos	261 512 114	1 656 440 116
Estado e outros organismos públicos	5 065 030 171	-
Pessoal	861 025 421	857 674 252
Empréstimos concedidos	147 089 424	470 794 161
Sócios e acionistas		
Subscritores de capital	6 475 038 260	196 453 813
Adiantamento por conta de lucros	301 207 000	1 832 000
Lucros disponíveis	-	352 276 000
Outras operações	640 908 506	3 247 691 421
Outros devedores		
Entidades privadas	438 582 127	-
Devedores diversos	33 066 537 132	31 679 659 252
Perdas por imparidade acumuladas - Outros devedores	(4 241 724 980)	(5 358 391 457)
Acréscimos de rendimentos		
Juros a receber	225 746 410	525 886 602
Outros acréscimos de rendimentos	3 628 639 896	3 734 109 021
Gastos diferidos		
Seguros	6 149 188	41 372 185
Outros gastos diferidos	10 180 870 872	915 345 293
	74 781 092 279	59 447 895 232

A rubrica de devedores diversos inclui um saldo de 3.316.709.561 Meticais, correspondente ao valor dos dividendos atribuídos pela CEZA ao Grupo, entregues directamente por aquela ao Tesouro, no montante de 19.000.000 Dólares norte-americanos (equivalentes a 1.409.040.001 milhares de Meticais), correspondentes aos exercícios de 2011 a 2013; 467.669.560 Meticais correspondentes ao exercício de 2018 e 1.440.000.000 Meticais que respeitam aos exercícios de 2015, 2016, 2017 e 2019.

O saldo dos subscritores de capital corresponde a um valor do aumento do capital social ainda não realizado na Petromoc.

14. Caixa e bancos

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de caixa e bancos decompõe-se conforme indicado no quadro abaixo:

	Período	
	31-12-2023	31-12-2022
Caixa e bancos		
Caixa		
Depósitos a ordem	125 997 330	16 439 824 713
Depósitos com pré-aviso	25 194 072 566	12 285 430 072
Depósitos a prazo	170 152 651	169 988 968
Depósitos em moeda estrangeira	38 872 989 231	28 470 507 048
	-	735 539 880
	64 363 211 778	58 101 290 681
Imparidade de outros activos		
Bancos	(7 297 480)	(11 276 635)
	(7 297 480)	(11 276 635)
	64 355 914 298	58 090 014 045

Instituto de Gestão de Participações do Estado
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2023
(valores expressos em Meticais)

15. Activos não correntes detidos para venda

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de Activos não correntes detidos para venda decompõe-se conforme indicado no quadro abaixo:

	Período	
	31-12-2023	31-12-2022
Activos não correntes detidos para venda		
Activos não correntes detidos para venda	825 756 466	272 006 100
Imparidade	(8 400 000)	(4 894 800)
	817 356 466	267 111 300

Nesta rubrica encontram-se registados imóveis que foram obtidos, através da dação em cumprimento de créditos em dívida. Estes bens foram registados como "Activos não correntes detidos para venda" pelo seu justo valor que corresponde ao menor

dos valores entre o valor contabilístico e o justo valor deduzido dos custos de venda.

O movimento da imparidade de activos não correntes detidos para venda a 31 de Dezembro de 2023 e 2022 apresenta-se como segue:

	Período	
	31-12-2022	31-12-2021
Movimentos na imparidade		
Saldo inicial	4 894 800	239 755 858
Imparidades do período	18 289 155	4 894 800
Reversão de imparidades do período	-	-
Outros movimentos	(14 783 955)	(239 755 858)
Saldo final	8 400 000	4 894 800

16. Capital próprio

16.1 Capital social

O capital estatutário do IGEPE no montante de 361.014.763 Meticais, encontra-se totalmente realizado e foi fixado por despacho de Sua Excia. a Ministra do Plano e Finanças de 31 de Março de 2013, tendo sido realizado como segue:

	Período	
	31-12-2023	31-12-2022
Capital social		
Participações financeiras	295 430 800	295 430 800
Dotação monetária	64 325 528	64 325 528
Bens patrimoniais	1 258 435	1 258 435
	361 014 763	361 014 763

16.2 Reservas

As reservas do Grupo IGEPE incluem os seguintes itens:

- **Reservas legais**
 De acordo com a lei vigente, deve ser transferida para a reserva legal uma parte não inferior a 5% dos resultados líquidos do exercício, até que esta reserva represente, pelo menos, 20% do capital social (Artº144 do Código Comercial). Esta reserva não é distribuível e só pode ser utilizada para incorporação no capital ou para cobrir prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas.
 O valor apresentado nesta rubrica corresponde ao somatório de todas as reservas legais das empresas incluídas no perímetro de consolidação, na proporção detida pelo Grupo IGEPE.
- **Reservas de reavaliação e reservas de investimento**
 Corresponde à parte ainda não realizada da reavaliação efectuada aos activos tangíveis do Grupo IGEPE, a qual se encontra mensurada líquida dos impostos diferidos. É uma reserva não distribuível a accionistas.

Instituto de Gestão de Participações do Estado
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2023
(valores expressos em Meticais)

Esta reserva é realizada ou pela venda do activo, ou pela sua utilização. A parte correspondente à realização anual desta reserva é transferida para resultados transitados e está disponível para distribuição.

• **Outras reservas**

Estão aqui incluídas as seguintes reservas:

○ Reserva de consolidação

Está aqui incluída a diferença entre os activos, os passivos e os interesses minoritários das participadas que estão incluídas no perímetro de consolidação, mas que são detidas directamente pelo Estado Moçambicano (isto é, empresas nas quais o IGEPE não tem uma participação financeira para anular por contrapartida do reconhecimento dos activos líquidos identificados da participada). A estas empresas é aplicado o método da comunhão de interesses modificado (método aplicável às transacções nas quais não se identifica um adquirente) previsto na IPSAS 40.

○ Reservas estatutárias e reservas livres

Trata-se de reservas que foram criadas com objectivos diversos e que estão disponíveis para distribuição aos accionistas.

○ Reservas relativas ao método da equivalência patrimonial

Estão aqui registadas as reservas relativas à aplicação do método da equivalência patrimonial aos investimentos financeiros em empresas participadas. O valor incluído nesta rubrica não está disponível para distribuição.

16.3 Outras componentes do capital próprio

São registadas nesta rubrica as reservas de justo valor relativas a activos e passivos financeiros que estão mensurados ao justo valor com as variações reconhecidas nos capitais próprios, nomeadamente, os instrumentos financeiros disponíveis para venda.

Estas reservas apresentam-se líquidas de impostos diferidos.

17. Provisões

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de provisões decompõe-se conforme indicado no quadro abaixo:

	Saldo inicial	Provisões do período	31/12/2023		Saldo final
			Reversões do período	Utilizações do período	
Provisões - Não correntes					
Processos judiciais	441 744 813	1 509 595 037	(9 586 000)	(537 077 833)	1 404 676 017
Impostos	4 456 191 486	1 146 201 509	-	124 477 831	5 726 870 826
Garantias a clier	58 419 647	(52 782 153)	-	-	5 637 494
Outras provisões	20 677 561 084	2 132 524 056	(47 198 048)	(1 220 647 934)	21 542 239 158
	<u>25 633 917 030</u>	<u>4 735 538 449</u>	<u>(56 784 048)</u>	<u>(1 633 247 936)</u>	<u>28 679 423 495</u>
Provisões - Correntes					
Processos judiciais	1 177 754 816	1 308 780	(3 369 552)	(988 968 130)	186 725 914
Impostos	188 766 261	26 341 090	(9 107 298)	-	206 000 053
Garantias a clier	-	-	-	-	-
Outras provisões	1 291 921 317	88 049 298	(223 002 141)	87 044 400	1 244 012 874
	<u>2 658 442 394</u>	<u>115 699 168</u>	<u>(235 478 991)</u>	<u>(901 923 730)</u>	<u>1 636 738 841</u>
	<u>28 292 359 424</u>	<u>4 851 237 617</u>	<u>(292 263 039)</u>	<u>(2 535 171 666)</u>	<u>30 316 162 336</u>

Instituto de Gestão de Participações do Estado
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2023
(valores expressos em Meticais)

	Saldo inicial	Provisões do período	31/12/2022		Saldo final
			Reversões do período	Utilizações do período	
Provisões - Não correntes					
Processos judiciais	1 386 793 445	46 491 644	(156 400 136)	(835 140 140)	441 744 814
Impostos	2 930 382 555	1 486 804 508	-	39 004 423	4 456 191 486
Garantias a clien	20 748 397	44 215 457	-	(6 544 207)	58 419 647
Outras provisões	18 988 675 983	490 983 172	(11 237 128)	1 209 139 057	20 677 561 084
	<u>23 326 600 380</u>	<u>2 068 494 782</u>	<u>(167 637 264)</u>	<u>406 459 132</u>	<u>25 633 917 031</u>
Provisões - Correntes					
Processos judiciais	245 264 800	141 776 086	-	790 713 931	1 177 754 816
Impostos	15 397 270	179 658 963	(6 289 972)	-	188 766 261
Outras provisões	1 066 405 737	378 142 052	(11 280 185)	(141 346 287)	1 291 921 317
	<u>1 327 067 807</u>	<u>699 577 101</u>	<u>(17 570 157)</u>	<u>649 367 643</u>	<u>2 658 442 394</u>
	<u>24 653 668 187</u>	<u>2 768 071 882</u>	<u>(185 207 421)</u>	<u>1 055 826 775</u>	<u>28 292 359 425</u>

A rubrica das provisões sobre processos judiciais em curso, corresponde a diversos processos judiciais em curso contra o Grupo IGEPE, destacando o Processo judicial nº. 100/2014-N, no montante de 791.396.120, Meticais não correntes em 2023 e 840.080.153 em 2022, no qual o exequente, exige uma compensação no montante de 63.000.000 USD. No dia 14 de Janeiro de 2016, as partes chegaram a um acordo extrajudicial no qual decidiu-se por um pagamento no montante de 12.212.000 USD, e a diferença seria coberta por oportunidades de negócio a identificar futuramente. A gestão teve indícios de que pode ser necessário desembolsar o valor a curto prazo.

A rubrica de provisões sobre impostos destina-se a fazer face aos atrasos no pagamento do IRPS e IVA ao Estado.

A rubrica de outras provisões inclui o montante das responsabilidades com fundo de pensões dos trabalhadores do Grupo IGEPE, provisões técnicas de contratos de seguro, a provisão para os custos de encerramento e de reabilitação ambiental respeitante ao bloco de Pande e Temane e a provisão referente a facturas da Aggeko Moçambique, Lda. referentes produção de energia dos exercícios de 2018 e 2021, incluídos juros de mora pelo não pagamento das mesmas em que o Grupo IGEPE ainda não reconheceu as mesmas decorrente de não concordância dos serviços a que são referidos. Nos termos da concessão outorgada, estes encargos são da responsabilidade dos operadores.

18. Empréstimos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de empréstimos obtidos decompõe-se conforme indicado no quadro abaixo:

	Período	
	31-12-2023	31-12-2022
Empréstimos obtidos - médio e longo prazo		
Bancários		
Obrigações não convertíveis	34 744 685 453	42 630 952 575
Estado	-	1 778 682 000
Outros	18 185 765 417	8 063 645 562
	<u>203 246 138 949</u>	<u>218 380 324 005</u>
	<u>256 176 589 819</u>	<u>270 853 604 142</u>
Empréstimos obtidos - curto prazo		
Bancários		
Descobertos bancários	2 542 305 422	13 512 216 298
Obrigações não convertíveis	-	452 465 063
Estado	2 648 682 000	600 000 000
Outros	1 881 480 076	2 143 984 658
	<u>6 801 917 215</u>	<u>26 500 000</u>
	<u>13 874 384 713</u>	<u>16 735 166 020</u>
	<u>270 050 974 532</u>	<u>287 588 770 162</u>

Instituto de Gestão de Participações do Estado
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2023
(valores expressos em Meticais)

19. Outros passivos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de outros passivos financeiros decompõe-se conforme indicado no quadro abaixo:

	Período	
	31-12-2023	31-12-2022 Reexpresso
Passivos financeiros - Não Correntes		
Credores diversos	83 851 112 091	72 531 251 139
	83 851 112 091	72 531 251 139
Passivos financeiros - Correntes		
Adiantamentos de clientes	2 151 688 999	7 472 788 745
Fornecedores de investimentos de capital	1 074 765 517	1 343 610 592
Pessoal	188 551 364	379 614 261
Empréstimos obtidos	40 153 346 798	3 105 640
Sócios e acionistas		
Credores por subscrições não liberadas	300 000	300 000
Resultados atribuídos	934	513 979 083
Outros credores		
Credores diversos	24 775 192 030	24 176 108 733
Sindicatos	41 653 663	11 041 501
Consultores, assessores e intermediários	402 993	619 717
Outros	1 723 765 146	162 307 783
	70 109 667 443	34 063 476 053
	153 960 779 533	106 594 727 192

A rubrica de credores diversos em outros passivos financeiros não correntes inclui o seguinte:

- Suprimentos no montante de 60.700.062.839 Meticais relacionados com os acordos de financiamento repassados pelo Governo, sendo que, no âmbito do entendimento com o Estado, este faz o reembolso ao financiador, cabendo à respectiva Empresa reembolsar o Governo. No princípio de cada ano, o Grupo IGEPE informa por carta ao Ministério das Finanças o valor a pagar naquele ano, dependendo da sua disponibilidade financeira. Os reembolsos são feitos em Meticais e, nos últimos anos, foram alocados somente à Dívida Única.
- Donativos para investimento que correspondem ao total acumulado líquido, dos valores recebidos dos Doadores e ou financiadores, depois de deduzidas as amortizações anuais, as quais são calculadas com base no período de vida útil do bem a que respeitam.
- Reversão da Linha de Sena, que refere-se aos financiamentos que a Companhia dos Caminhos de Ferro da Beira (CCFB) contraiu junto do International Development Agency (IDA), no montante equivalente a USD 113.863.553,76, e do Banco Europeu de Investimento (BEI), no montante equivalente a USD 27.795.797,26, no âmbito do projecto de reabilitação da linha de Sena, e ao financiamento dos CCFB através de fundos próprios. Devido ao termo do contrato de concessão com o Governo de Moçambique (GM) o empreendimento reverteu para os CFM. O valor total do financiamento encontra-se fixado em 6.002.246 milhares de Meticais. Decorrem ao nível do Conselho de administração conversações por correspondência junto do IGEPE e do Ministério da Economia e Finanças para a transformação do referido montante em aumento de capital.
- Em 7 de Outubro de 2023 foram inauguradas as obras de reabilitação e expansão do porto de Nacala e aquisição de novos equipamentos como gruas, braços de carga de líquidos, empilhadoras de contentores e garras para carga geral e a granel, as quais permitem um aumento de 152% da capacidade de carga manuseada. O projecto de reabilitação e modernização deste porto teve a fase de emergência que custou 1.669 mil milhares de MT em forma de donativo e as fases subsequentes I e II no montante de 17.785 mil milhares de MT em forma de empréstimo concessional ambas financiadas pela JICA - Agenda de Cooperação Internacional do Japão. Este projecto foi executado a luz da cooperação existente entre o Governo de Moçambique e do Japão com base no qual através da JICA foram concedidos o donativo e empréstimo concessional acima referenciados a favor do GoM.

A rubrica de adiantamento de clientes em outros passivos financeiros correntes inclui o seguinte:

- Responsabilidades no montante de 3.408.140.502 Meticais (2021: 3.154.491.396 Meticais) relativas à taxa de espectro, serviço de acesso universal, atribuição de direitos de utilização de frequências de 800Mhz e outras, no âmbito da exploração dos serviços de telecomunicações.

Instituto de Gestão de Participações do Estado
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2023
(valores expressos em Meticais)

- Os saldos a pagar aos parceiros de interligação representam as taxas a pagar às outras operadoras de telefonia móvel e fixa locais e internacionais, pelas chamadas efectuadas pelos números TMCEL aos números baseados nestas outras redes de telefonia móvel e fixa, no montante de 1.106.324.759 Meticais (2021: 1.068.329.978 Meticais).

A rúbrica de Fornecedores de investimento de capital em outros passivos financeiros correntes inclui o seguinte:

- Os saldos a pagar as entidades Razel, no âmbito do Projecto de Reabilitação da Pista e Áreas de Manobra do Aeroporto Internacional de Maputo e GECI Espanhola, pelo fornecimento e instalação do sistema AMHS5 no Aeroporto Internacional da Beira, num total de 1.163.977.550 Meticais (2021: 1.204.976.897 Meticais).

A rúbrica de credores diversos em outros passivos financeiros correntes inclui o seguinte:

- O saldo da Direcção Nacional do Tesouro, que corresponde a um adiantamento efectuado pelo Estado, no equivalente de USD 2,5 milhões, para o projecto de renovação de frota, dos quais foram amortizados em 2013 cerca de 21 milhões de Meticais. Em 2018, a Direcção Nacional de Tesouro, efectuou um adiantamento de aproximadamente 718 milhões de Meticais e em 2019 no montante de 373 milhões de Meticais.
- O saldo com a Galp, no montante de 1.595.750.000 Meticais (USD 25.000.000), refere-se a um adiantamento para o aumento de capital a realizar numa empresa que o Grupo IGEPE irá criar caso a GALP venha a exercer a opção de investimento nessa Empresa. O Grupo IGEPE, utilizou este valor para efectuar o reembolso integral de obrigações e papel comercial que emitiu e para liquidar um crédito hipotecário e um crédito para apoio à tesouraria. Este adiantamento foi concedido em dólares e não incidem juros sobre o valor em dívida.
- A entidade O&G Management - F.Z.E. é parceira da ENH Logistics S.A. e adiantou em Maio de 2016 um valor equivalente a USD 2.799.956 para a aquisição do Edifício JAT V, convertido na data da transacção para moeda nacional.

20. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a rúbrica de fornecedores decompõe-se conforme indicado no quadro abaixo:

Fornecedores	Período	
	31-12-2023	31-12-2022
Fornecedores c/c	37 378 662 950	38 069 176 746
	<u>37 378 662 950</u>	<u>38 069 176 746</u>

21. Imposto a pagar

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a rúbrica de imposto a pagar decompõe-se conforme indicado no quadro abaixo:

Imposto a pagar	Período	
	31-12-2023	31-12-2022 Reexpresso
Estimativa de imposto	1 984 290 398	1 954 727 608
Pagamentos por conta	(142 136 678)	(63 971 741)
Pagamento especial por conta	1 778 833	(100 000)
	<u>1 843 932 553</u>	<u>1 890 655 867</u>

Instituto de Gestão de Participações do Estado
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2023
(valores expressos em Meticais)

22. Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de outras contas a pagar decompõe-se conforme indicado no quadro abaixo:

	Período	
	31-12-2023	31-12-2022 Reexpresso
Outros passivos correntes		
Estado e outros organismos públicos		
Impostos retidos na fonte		
IVA a pagar	2 612 860 379	3 263 772 923
Imposto de selo	3 404 977 675	2 952 352 921
Impostos autárquicos	195 445 499	197 484 445
Impostos sobre imobilizado de domínio público	450 483	446 734
Rectificações de impostos, contribuições e outros tributos	1 876 298 569	-
Contribuições para o INSS	62 795 247	56 556 843
Aposentação	506 017 878	480 361 584
Outros impostos	595 127 741	833 324
Acréscimos de gastos	21 863 501 305	10 755 157 816
Juros a pagar		
Remunerações a pagar	560 620 719	355 497 858
Outros acréscimos de gastos	5 060 528 000	2 627 472 353
Rendimentos diferidos	9 873 904 229	4 464 912 849
Réditos de contratos de construção		
Subsídios para investimentos	-	19 720 700
Donativos	1 785 872 912	494 072 496
Outros rendimentos diferidos	6 056 927 867	-
	7 432 669 046	4 137 701 972
	61 887 997 551	29 806 344 818

A rubrica de outros impostos inclui o imposto sobre combustível e os direitos aduaneiros. O Grupo IGEPE negociou com o Estado o pagamento parcelado dos saldos em dívida referentes a direitos aduaneiros e imposto especial sobre combustíveis. O Estado autorizou a amortização parcelada das dívidas de direitos aduaneiros e de imposto sobre combustíveis até Dezembro de 2024 e Agosto de 2025, respectivamente.

Os Outros acréscimos de gastos respeitam essencialmente a Fornecimentos e serviços de terceiros.

A rubrica dos outros rendimentos diferidos inclui a emissão de documentos de tráfego relativo a bilhetes emitidos pela Grupo IGEPE durante o exercício de 2022, mas que não foram utilizados até a data de 31 de Dezembro de 2022. Adicionalmente, o saldo da rubrica representa a estimativa do rendimento decorrente de bilhetes vendidos e voados a reconhecer em exercícios futuros, imputado ao programa de fidelização de clientes da LAM, pelo facto de, aos clientes aderentes ao tal programa, a LAM atribuir créditos que os mesmos podem usar no futuro na obtenção de bilhetes de forma gratuita.

23. Venda de bens e serviços

O total do rendimento durante os exercícios findos Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 apresentam-se como segue:

	Período	
	31-12-2023	31-12-2022 Reexpresso
Rédito		
Vendas de bens	138 003 780 619	109 692 404 815
Prestações de serviços	42 157 608 775	47 710 246 096
	180 161 389 394	157 402 650 911

Instituto de Gestão de Participações do Estado
 Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2023
 (valores expressos em Meticais)

As vendas de bens e as prestações de serviços durante os exercícios findos Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 apresentam-se como segue:

	31-12-2023			31/12/2022 Reexpresso		
	Acumulado	Intragrupo	Consolidado	Acumulado	Intragrupo	Consolidado
Vendas de bens						
Vendas de energia e combustíveis	134 796 077 136	(114 233 712)	134 681 843 424	109 056 665 963	-	109 056 665 963
Venda de produtos agrícolas	7 203 410	-	7 203 410	7 037 184	-	7 037 184
Venda de medicamentos	416 343 734	(119 525)	416 224 209	404 806 191	(19 153 669)	385 652 522
Venda de impressos e jornais	154 529 251	(29 640 712)	124 888 539	205 109 264	-	206 109 264
Venda de bens e serviços de armazenagem de cereais	577 950	-	577 950	1 929 380	-	1 929 380
Venda de imóveis	-	-	-	31 660 105	-	31 660 105
Venda de equipamentos de telecomunicação	2 773 043 087	-	2 773 043 087	3 350 398	-	3 350 398
	138 147 774 568	(143 993 949)	138 003 780 619	109 711 558 484	(19 153 669)	109 692 404 815
Prestações de serviços						
Provetos gestão de participações financeiras	14 325 545	-	14 325 545	161 077	-	161 077
Provetos aeronáuticos	12 182 094 297	(1 424 307 761)	10 757 786 536	11 737 869 788	(128 782 333)	11 609 087 455
Provetos ferroviários	19 311 729 843	-	19 311 729 843	20 083 400 114	(46 584 571)	20 036 815 543
Provetos de serviços de dragagem	1 671 474 923	(857 462 245)	814 012 678	631 592 054	(565 689 803)	65 902 251
Provetos de serviços de energia e combustíveis	6 361 794 913	-	6 361 794 913	10 930 039 246	(490 878 377)	10 439 160 869
Provetos de serviços agrícolas	32 022 935	-	32 022 935	25 653 486	-	25 653 486
Provetos de serviços de comunicação e publicidade	1 215 055 861	(339 552 706)	875 503 155	4 344 495 495	(1 259 092 520)	3 085 402 975
Provetos de serviços de armazenagem de cereais	247 571 199	-	247 571 199	195 303 166	-	195 303 166
Provetos de serviços bancários e de seguros	3 601 201 824	(20 330)	3 601 181 494	2 162 810 835	(76 540 239)	2 086 270 596
Provetos de arrendamento de espaços	5 924 256	-	5 924 256	8 394 502	-	8 394 502
Provetos de gestão de imóveis	144 740 624	(8 999 966)	135 740 657	158 887 118	(792 940)	158 094 178
Provetos de serviços de saúde	15 562	-	15 562	-	-	-
	44 787 951 783	(2 630 343 008)	42 157 608 775	50 278 606 880	(2 568 360 783)	47 710 246 096
Total de vendas de bens e serviços	182 935 726 350	(2 774 336 957)	180 161 389 394	159 990 165 364	(2 587 514 453)	157 402 650 911

O total de réditos por sector de actividade durante os exercícios findos Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 apresentam-se como segue:

Sector de actividade	Período	
	31/12/2023	31/12/2022 Reexpresso
Comunicação e Media	841 542 820	963 519 673
Energia	82 260 751 000	70 663 424 536
Financeiro	1 564 849 019	1 113 369 458
Imobiliário	144 740 624	190 547 223
Infraestruturas	3 136 494 622	2 445 609 110
Oil & Gas	58 897 121 049	49 323 280 673
Saúde	416 359 296	404 806 191
Seguros	2 036 352 805	1 049 441 378
Serviços	14 325 545	161 077
Tecnologia	5 924 256	8 394 502
Telecomunicações	3 301 085 379	3 590 435 483
Transportes e logística	30 316 179 935	30 237 176 062
Ajustamentos das transacções intra-grupo	182 935 726 350	159 990 165 364
Saldo em 31 de Dezembro	(2 774 336 957)	(2 587 514 453)
	180 161 389 394	157 402 650 911

24. Investimentos realizados pela própria empresa

Os investimentos realizados pela própria empresa durante os exercícios findos Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 apresentam-se como segue:

Investimentos realizados pela própria empresa	Período	
	31-12-2023	31-12-2022
Activos tangíveis	23 249 000	22 397 000
	23 249 000	22 397 000

Instituto de Gestão de Participações do Estado
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2023
(valores expressos em Meticais)

25. Custos com pessoal

Os custos com pessoal durante os exercícios findos Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 apresentam-se como segue:

	Período	
	31-12-2023	31-12-2022 Reexpresso
Custos com pessoal		
Remunerações dos órgãos sociais	1 356 452 834	1 190 492 295
Remunerações dos trabalhadores	26 071 549 357	21 012 199 969
Encargos sobre remunerações	410 996 288	3 072 495 217
Benefícios pós-emprego	71 791 131	376 308 918
Ajudas de custo	383 791 039	246 785 105
Indemnizações	49 569 629	272 016 698
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	23 641 948	26 480 928
Gastos de acção social	404 302 189	516 913 758
Outros gastos com pessoal	2 824 714 341	3 027 591 272
	31 596 808 754	29 741 284 162

26. Fornecimento e serviços de terceiros

Os fornecimentos e serviços de terceiros durante os exercícios findos Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 apresentam-se como segue:

	Período	
	31-12-2023	31-12-2022 Reexpresso
Fornecimentos e serviços de terceiros		
Subcontratos	9 606 950 536	6 253 572 104
Água	1 121 885 762	1 196 608 890
Electricidade	33 472 833	386 841 497
Combustíveis	291 698 410	2 731 224 626
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	24 855 952	73 431 604
Material de manutenção e reparação	412 980 311	804 718 912
Material de escritório	130 424 729	213 352 292
Livros e documentação técnica	5 093 230	7 682 483
Artigos para oferta	46 999 992	58 390 660
Manutenção e reparação	611 484 238	2 912 528 740
Transportes de carga	1 026 613 473	324 443 784
Transportes de pessoal	61 595 542	81 130 040
Comunicações	66 128 642	462 585 126
Honorários	766 760 134	830 387 479
Comissões a intermediários	737 006 257	960 154 047
Publicidade e propaganda	575 342 481	607 486 709
Deslocações e estadias	864 478 111	786 829 565
Despesas de representação	6 079 977	10 624 850
Contencioso e notariado	20 374 982	14 546 096
Rendas e alugueres	1 068 901 255	1 157 221 879
Seguros	581 506 211	605 893 980
Royalties	480 000	234 887 675
Limpeza, higiene e conforto	159 435 536	600 653 722
Vigilância e segurança	668 443 111	1 156 701 314
Trabalhos especializados	1 318 130 971	634 570 671
Intercâmbio de material circulante	5 400	130 506 924
Outros fornecimentos e serviços	19 551 718 611	6 401 055 040
	39 758 846 685	29 638 030 711

Instituto de Gestão de Participações do Estado
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2023
(valores expressos em Meticais)

27. Amortizações

As amortizações durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 apresentam-se como segue:

Amortizações	Período	
	31-12-2023	31-12-2022
Ativos fixos tangíveis		
Amortizações - Edifícios	21 005 001 991	19 632 491 781
Amortizações - Equipamento básico	6 497 742 385	5 876 994 361
Amortizações - Mobiliário e equipamento administrativo social	11 237 199 575	10 877 001 994
Amortizações - Equipamento de transporte	828 177 304	570 522 218
Amortizações - Taras e vasilhame	681 513 042	827 844 726
Amortizações - Ferramentas e utensílios	51 118 748	39 159 199
Amortizações - Activos de exploração e avaliação de recursos minerais	91 365 629	97 890 613
Amortizações - Outros activos tangíveis	1 473 004 285	1 210 325 949
Ativos intangíveis		
Amortizações - Despesas de desenvolvimento	144 881 023	132 752 721
Amortizações - Propriedade industrial e outros direitos	1 489 603 826	297 848 317
Amortizações - Software	999 022	10 948 697
Amortizações - Activos de exploração e avaliação de recursos minerais	168 762 542	194 385 919
Amortizações - Outros activos intangíveis	23 652 668	92 513 701
Ativos tangíveis de investimento		
Amortizações de activos tangíveis de investimento - Terrenos	1 245 455 411	-
Amortizações de activos tangíveis de investimento - Edifícios	50 734 183	-
	415 912 752	383 172 671
	394 636 762	382 528 505
	21 275 990	644 166
	22 910 518 569	20 313 512 769

As imparidades em activos durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 apresentam-se como segue:

Imparidades	Período	
	31-12-2023	31-12-2022
Ativos fixos tangíveis		
Perdas por imparidade - Equipamento básico	(162 542 000)	(80 572 437)
Perdas por imparidade - Outros activos tangíveis	-	(80 572 437)
Ativos intangíveis		
Perdas por imparidade - Activos de exploração e avaliação de recursos minerais	(162 542 000)	-
Ativos tangíveis de investimento		
Perdas por imparidade de activos tangíveis de investimento - Terrenos	-	-
Perdas por imparidade de activos tangíveis de investimento - Edifícios	72 152 984	-
Ativos não correntes detidos para venda	13 200 000	-
Perdas por imparidade de activos não correntes detidos para venda	58 952 984	-
Outros activos	(18 289 155)	4 894 800
	(18 289 155)	4 894 800
	2 949 353	-
	(105 728 818)	(75 677 637)

28. Imparidade de investimentos financeiros

As imparidades em investimentos financeiros durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 apresentam-se como segue:

Imparidade de investimentos financeiros	Período	
	31-12-2023	31-12-2022
De investimentos financeiros em associadas	4 449 355	1 300 000
De outros investimentos disponíveis para venda	1 268 521	(26 516 968)
	5 717 876	(25 216 968)

Instituto de Gestão de Participações do Estado
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2023
(valores expressos em Meticais)

29. Outros rendimentos e ganhos operacionais

Os outros rendimentos e ganhos operacionais durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 apresentam-se como segue:

	Período	
	31-12-2023	31-12-2022
Outros rendimentos e ganhos operacionais		
Serviços sociais		
Aluguer de equipamento	2 870 054	3 192 547
Venda de energia	2 058 072	28 258 643
Estudos, projectos pesquisas e investigações	-	219 735 669
Assistência técnica	-	2 105 000
Royalties	-	9 542 956
Rendas de imóveis	-	14 882 524
Outros rendimentos suplementares inerentes ao valor acrescentado	327 303 411	3 043 034 641
Subsídios para investimentos	1 717 644 049	252 146 029
Subsídios à exploração	920 424 768	686 915 353
Ganhos em investimentos de capital	1 735 907 425	2 248 769 016
Ganhos em inventários e activos biológicos	69 620 359	137 602 462
Restituição de impostos	24 356 540	9 594 639
Benefícios de penalidades contratuais	15 514 976	-
Excesso de estimativa para impostos	790 973 974	700 714 494
Rendimentos de instrumentos financeiros - Outros	-	33 392 341
Instrumentos financeiros	4 209 230 659	2 004 083 838
Activos tangíveis de investimento	2 787 521	3 919 511
Diversos	302 530 458	106 400 886
Outros	-	50 651
	2 178 712 930	540 787 390
	12 299 935 197	10 045 128 591

30. Outros gastos e perdas operacionais

Os outros gastos e perdas operacionais durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 apresentam-se como segue:

	Período	
	31-12-2023	31-12-2022
Outros ganhos e perdas operacionais		
Activos tangíveis de investimento	66 933 149	-
Impostos e taxas	454 029 300	522 755 588
Perdas em investimentos de capital	15 875 537	4 036 660
Perdas em inventários e activos biológicos	67 157 809	3 139 909
Quotizações	23 299 679	18 409 284
Despesas confidenciais	472 946	1 580 150
Ofertas e amostras de inventários	245 619	2 395 431
Programas de responsabilidade social	129 703 312	740 035 095
Donativos	326 125 018	(59 556 641)
Multas e penalidades	9 426 540	(44 245 858)
Outros	24 881 049	2 735 470 415
	1 118 149 957	3 924 020 032

31. Rendimentos e gastos financeiros

Os rendimentos financeiros durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 apresentam-se como segue:

	Período	
	31-12-2023	31-12-2022
Rendimentos financeiros		
Depósitos bancários	3 659 062 087	1 370 707 608
Empréstimos	-	-
Obrigações e títulos de participação	188 710 804	122 177 090
Outras aplicações de tesouraria	57 000	-
Outros juros	102 449	866 213 138
Rendimentos de activos tangíveis de investimento	128 186 896	880 606 569
Diferenças de câmbio favoráveis	7 319 455 145	8 330 805 212
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	5 640 302
Outros rendimentos e ganhos financeiros	4 424 019 400	4 347 054 811
	15 719 593 780	15 923 204 730

Instituto de Gestão de Participações do Estado
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2023
(valores expressos em Meticais)

Os gastos financeiros durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 apresentam-se como segue:

	Período	
	31-12-2023	31-12-2022 Reexpresso
Gastos financeiros		
Empréstimos bancários	6 592 808 911	3 741 121 353
Empréstimos obrigacionistas e títulos de participação	301 209 937	225 496 176
Empréstimos de sócios, accionistas ou proprietários	86 816	-
Outros empréstimos	367 751	337 137 944
Juros de mora e compensatórios	15 683 026	6 231 330
Outros juros	769 680 953	1 622 765 309
Diferenças de câmbio desfavoráveis	6 913 850 572	7 977 966 295
Descontos de pronto pagamento concedidos	1 059	2 161
Outros gastos e perdas financeiros	3 801 465 421	885 986 778
	18 395 154 448	14 796 707 348

32. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 apresentam-se como segue:

	Período	
	31-12-2023	31-12-2022 Reexpresso
Imposto sobre o rendimento		
Imposto corrente	15 073 688 911	10 047 661 038
Imposto diferido	(1 009 563 680)	(501 215 547)
	14 064 125 231	9 546 445 491

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, os impostos diferidos decompõe-se conforme indicado no quadro abaixo:

	Período	
	31-12-2023	31-12-2022 Reexpresso
Impostos diferidos		
Activos	3 567 672 904	2 864 984 671
Passivos	(50 699 161 097)	(52 342 235 446)

O movimento ocorrido no ano em impostos diferidos foi o seguinte:

	Saldo inicial	Demonstração de resultados		Capital próprio	Saldo final
		Reforço	Reversão		
Activos por impostos diferidos					
Imparidades não aceites fiscalmente	1 278 860 749	-	(166 989 662)	(682 969 772)	428 901 315
Amortizações ajustadas para efeitos fiscais	756 171 918	204 556 700	(84 226 000)	(860 623 509)	15 879 109
Outros	829 952 004	1 951 521 128	(2 079 759 094)	2 421 178 441	3 122 892 480
	2 864 984 671	2 156 077 828	(2 330 974 756)	877 585 161	3 567 672 904
Passivos por impostos diferidos					
Reavaliação de ativos tangíveis	(34 931 892 061)	494 772 324	1 244 194	(250 655 034)	(34 686 530 577)
Amortizações ajustadas para efeitos fiscais	(3 337 645 691)	-	-	182 144 500	(3 155 501 191)
Justo valor não aceite fiscalmente	(55 266 377)	-	-	(22 876 304)	(78 142 681)
Ajustamentos de consolidação	(126 028 056)	-	-	(20 293 895)	(146 321 951)
Outros	(13 891 403 262)	550 898 089	137 546 001	570 294 475	(12 632 664 698)
Diferenças cambiais	(52 342 235 446)	1 045 670 413	138 790 195	458 613 742	(50 699 161 097)

Instituto de Gestão de Participações do Estado
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2023
(valores expressos em Meticais)

	31/12/2022				
	Saldo inicial	Demonstração de resultados		Capital próprio	Saldo final
		Reforço	Reversão		
Activos por impostos diferidos					
Imparidades não aceites fiscalmente	1 170 515 437	71 370 208	(3 651 618)	40 626 722	1 278 860 749
Amortizações ajustadas para efeitos fiscais	790 043 898	193 546 420	(227 418 000)	(400)	756 171 918
Outros	904 425 336	(781 341 707)	(141 378 794)	848 247 169	829 952 004
	2 864 984 671	(516 425 079)	(372 448 412)	888 873 491	2 864 984 671
Passivos por impostos diferidos					
Reavaliação de ativos tangíveis	(37 458 149 970)	774 108 000	143 106 107	1 609 043 802	(34 931 892 061)
Amortizações ajustadas para efeitos fiscais	(3 129 052 179)	(268 021 102)	-	59 427 590	(3 337 645 691)
Justo valor não aceite fiscalmente	(40 812 656)	(35 777 141)	-	21 323 420	(55 266 377)
Ajustamentos de consolidação	(63 014 028)	(63 014 028)	-	-	(126 028 056)
Outros	(11 651 206 614)	(849 480 510)	299 078 674	(1 689 794 812)	(13 891 403 262)
	(52 342 235 446)	(442 184 781)	442 184 781	(0)	(52 342 235 446)
Diferenças cambiais					

33. Gestão de riscos, objectivos e políticas

A actividade do Grupo IGEPE, através das entidades que compõem o seu perímetro de consolidação (entidades consolidadas), é exposta a uma diversidade de riscos financeiros, o que envolve a análise, aceitação e gestão de certos graus de riscos ou combinação dos mesmos. O objectivo do Conselho de Administração do Grupo IGEPE e das entidades consolidadas é por isso alcançar um equilíbrio apropriado entre o risco e o retorno, e minimizar os efeitos potenciais adversos ao desempenho financeiro.

Neste sentido, as políticas de gestão de risco do Grupo IGEPE são desenhadas a fim de identificar e analisar estes riscos, estabelecer limites de risco e controlo, e monitorar os riscos e aderência aos limites através de sistemas de informação fiáveis e actualizados. O Grupo IGEPE, revê periodicamente as suas políticas de gestão de risco e sistemas a fim de melhor se precaver face às variações de mercado.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de mudanças nos preços de mercado, tais como taxas de juro, taxas de câmbio. O objectivo da gestão do risco de mercado é gerir e controlar o risco de mercado dentro de parâmetros que a Gestão considere aceitável.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro do fluxo monetário é o risco de que fluxos monetários futuros de um instrumento financeiro irão flutuar devido a alterações nas taxas de juro de mercado. O risco do justo valor da taxa de juro é o risco de que um valor de um determinado instrumento financeiro irá flutuar devido a taxas de juro de mercado. A exposição do Grupo IGEPE face ao risco da taxa de juro prende-se essencialmente aos empréstimos de taxa de juro variável.

A política do Grupo IGEPE passa por obter financiamento por via de taxas fixas, assim como variáveis, a fim de minimizar as variações das taxas de juro.

Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa cambial é o risco que o justo valor ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de câmbio. As demonstrações financeiras consolidadas do IGEPE podem ser afectadas pelas variações das taxas cambiais MZN/EUR, MZN/USD, MZN/SDR, MZN/ZAR, MZN/SEK, MZN/NOK, MZN/KWD e MZN/ID. O Grupo IGEPE procura atenuar os efeitos de exposição à moeda estrangeira efectuando o maior número de operações em moeda nacional.

Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco de o Grupo IGEPE incorrer numa perda pelo facto de as contrapartes e clientes não cumprirem com as suas obrigações. Para limitar este risco, os vários órgãos de gestão recorrem a diversas fontes gerindo os activos tendo por base a sua liquidez e monitoriza periodicamente os fluxos de caixa futuros e liquidez.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco de o Grupo IGEPE não ter capacidade financeira para satisfazer os seus compromissos associados aos instrumentos financeiros quando estes se vencem. Para limitar este risco, os vários órgãos de gestão recorrem a diversas fontes gerindo os activos tendo por base a sua liquidez e monitoriza periodicamente os fluxos de caixa futuros e liquidez. A gestão deste tipo de risco, desenvolvida com recurso à análise dos prazos residuais dos diferentes activos e passivos do balanço, evidencia, para cada um dos diferentes intervalos considerados, a diferença entre os volumes de influxos de caixa e exfluxos de caixa, bem como os respectivos gaps de liquidez.

O objectivo do Grupo IGEPE é manter o equilíbrio entre a continuidade do financiamento e flexibilidade através da utilização de descobertos bancários, empréstimos bancários, locações financeiras.

A exposição ao risco liquidez face aos financiamentos por antiguidade, Em 31 de Dezembro de 2022 é a seguinte:

	31/12/2022					Total
	Exigível a < 1 ano	Exigível a > 1 e < 2 anos	Exigível a > 2 e < 3 anos	Exigível a > 3 e < 4 anos	Exigível a > 5 anos	
Empréstimos						
Bancários	13 866 778 743	232 211 469 352	5 487 752 267	3 832 467 357	25 063 643 797	280 462 111 516
Obrigações não convertíveis	600 000 000	-	325 682 000	1 453 000 000	-	2 378 682 000
Estado	2 143 984 658	655 642 823	644 840 093	644 840 093	644 839 422	4 734 147 090
Outros	-	-	-	-	13 829 556	13 829 556
	16 610 763 402	232 867 112 175	6 458 274 361	5 930 307 450	25 722 312 775	287 588 770 162

34. Gestão de Capital

O principal objectivo da gestão do capital do Grupo IGEPE é garantir um sólido rácio de capital de dívida a fim alavancar os seus negócios e maximizar o valor para os seus accionistas.

O Grupo IGEPE gere a sua estrutura de capital de acordo com a evolução das condições de mercado. A fim de manter ou ajustar a sua estrutura de capital, o Grupo IGEPE pode ajustar o pagamento de dividendos aos Accionistas, ou emitir novas acções.

Não foram efectuadas alterações nos objectivos, políticas ou processos para gestão de capital durante o ano findo em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021.

O Grupo IGEPE analisa o seu endividamento através do rácio de alavancagem.

Gestão de capital	Período	
	31-12-2023	31-12-2022
Empréstimos obtidos	270 050 974 532	287 588 770 162
Outros passivos financeiros	153 960 779 533	106 594 727 192
Outros passivos correntes e não correntes	61 887 997 551	29 806 344 818
Menos: Caixa e bancos	(64 355 914 299)	58 090 014 045
Dívida líquida	421 543 837 318	482 079 856 218
Capital próprio	293 525 811 091	277 197 500 704
Capital próprio e dívida líquida	715 069 648 408	759 277 356 921
Rácio de alavancagem	59%	63%

35. Eventos subsequentes

Desde 31 de Dezembro de 2023, e até a data em que as presentes demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão, as empresas do perímetro de consolidação identificaram eventos subsequentes relevantes as suas respectivas realidades e actividades económicas, que foram arrolados nos seus respectivos relatórios e contas auditados relativas ao exercício económico de 31 de Dezembro de 2023.

Dada a multiplicidade de áreas e actividades económicas e considerando a respectiva materialidade foram identificadas temáticas comuns pela análise de eventos subsequentes das empresas do perímetro que se encontram abaixo descritas como parte integrante das presentes demonstrações financeiras.

Processos Judiciais em Curso

Do perímetro de consolidação do Sector Empresarial do Estado (SEE), haviam entidades que tinham processos judiciais em curso nomeadamente com terceiros que poderão resultar em indemnizações a pagar e/ou a receber havendo incerteza sobre a direcção das decisões judiciais ou processuais em curso.

Incerteza nas Operações

Do perímetro de consolidação do Sector Empresarial do Estado (SEE), havia entidades que sofreram prejuízos consecutivos resultando na degradação nos capitais próprios com impacto na solvabilidade e na continuidade das suas operações (Radio Moçambique, FARMAC, LAM, Tmcel). A continuidade destas entidades esta dependente da obtenham imediata de recursos financeiros para fazer face aos custos e investimentos necessários para preparar as respectivas entidade e poderem rumar a resultados líquidos positivos.

